BOAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Com apoio financeiro da:

Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

BOAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR PARA A

“Dedicamos este trabalho aos agricultores familiares Tereza Rios Pedrosa (*In memoriam*), que contribuiu com este Caderno, e seu companheiro, Aloísio da Silva Lara (*In memoriam*) que, com paixão, dedicaram suas vidas à luta pelo fortalecimento da agricultura familiar.”

MUNICÍPIO DE IÇARA - SC

Fotógrafo: João Gabriel da Rosa

MUNICÍPIO DE PAIÇANDÚ - PR

Presidente da República

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA

Ministro da Educação

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

Presidente do FNDE

SILVIO DE SOUSA PINHEIRO

Diretor da DIRAE

JOSÉ FERNANDO UCHÔA COSTA NETO

Coordenadora Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar

KARINE SILVA DOS SANTOS

Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar

SOLANGE FERNANDES DE FREITAS CASTRO

Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Alimentação Escolar

SARA REGINA SOUTO LOPES

Organização

Sara Regina Souto Lopes
Priscila Reis Diniz

Coordenação Editorial

Solange Fernandes de Freitas Castro
Isabella Araújo Figueiredo

Colaboradores

Jordanna Maria Nunes da Costa
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

Comissão Julgadora

Categoria Cardápios
Carolina Martins dos Santos Chagas
Raquel Braz Assunção Botelho

Categoria Educação Alimentar e Nutricional
Najla Veloso
Miriam de Oliveira

Categoria Chamada Pública
Renata Mainenti Gomes
Cássia Augusta Amaral Buani

Categoria Abastecimento e Logística de distribuição
Marisson de Melo Marinho
Jussara Flores Soares

Categoria Intersetorialidade
Mariana Belloni Melgaço
Valmo Xavier da Silva

Categoria Cooperativismo / Associativismo
Igor Teixeira
Eriberto Buchmann

Categoria Participação Social
Elisângela Sanches Januário
Estella Rosa Borges de Brito

Categoria Sistemas sustentáveis de produção de base orgânica e agroecológica
Manuella de Souza Machado
Jussara Cardoso Damiani

Revisão de textos

Elenita Rodrigues da Silva Luz
Sarah de Oliveira Santana
Thaís Maria Ribeiro

Capa e Diagramação

Sara Mota Ribeiro

Fotos

Banco de imagem dos Autores e das Entidades Selecionadas

B662 Boas práticas de agricultura familiar para a alimentação escolar / Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília : FNDE, 2017.
182 p. : il. color.

1. Alimentação escolar. 2. Agricultura familiar.
I. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). II. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil). III. Título.

CDU 371.217.2

Fotógrafo: João Gabriel da Rosa

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL - RS

SAUDAÇÕES DO MINISTRO

Reconhecendo a importante participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), esta publicação apresenta uma amostra dos projetos criativos e inovadores na aplicação da Lei nº 11.947/2009, por meio da divulgação das Boas Práticas de Agricultura Familiar para o PNAE.

A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 determina que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

É diante desta conquista que o PNAE incorpora, então, a participação do agricultor familiar como agente e como sujeito necessário para a boa execução do Programa, tornando-o importante membro da cadeia para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional local. Por isso, fortalecer a agricultura familiar com a possibilidade de comercializar sua produção na alimentação escolar é uma forma de reforçarmos a importância do consumo de alimentos saudáveis, respeitando a cultura alimentar, a vocação agrícola da região, a produção de alimentos próximo de quem vai consumir (diminuindo o desperdício e as perdas pelo transporte a longas distâncias), respeitando o meio ambiente e, ainda, valorizando a categoria que produz o alimento que desejamos que nossos estudantes tenham acesso todos os dias.

Esta publicação tem o intuito de reconhecer e parabenizar todos os envolvidos que fizeram a alimentação escolar ampliar consistentemente em qualidade ao destacar os agricultores e as agriculturas familiares como importantes membros do abastecimento alimentar nacional.

Uma boa leitura a todos!

José Mendonça Bezerra Filho

Ministro da Educação

MUNICÍPIO DE PAIÇANDU - PR

SAUDAÇÕES DO PRESIDENTE DO FNDE

É com enorme satisfação que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), encerrando o concurso que lhe deu origem, apresenta o caderno comemorativo de "Boas Práticas de Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar" do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Considerando a obrigatoriedade do Programa em adquirir no mínimo 30% dos recursos repassados em alimentos da produção da agricultura familiar (artigo 14 da Lei nº 11.947, de 2009), o concurso buscou reconhecer as diversas iniciativas exitosas que enxergam esta ação como uma importante estratégia do PNAE para a implementação de uma alimentação saudável, de qualidade e que promove a economia local de forma responsável e sustentável.

O concurso iniciado em 31 de março de 2017 teve por objetivo selecionar, publicar e divulgar relatos que contam como os diferentes municípios, criativamente, transpuseram obstáculos e estabeleceram importantes relações de cooperação para o fomento da agricultura familiar local, servindo de valiosos exemplos para todo País.

Nesse sentido, é nosso dever destacar os retratos mais exitosos da compra da agricultura familiar, priorizando histórias de oferta de alimentos de origem local, orgânica e/ou agroecológica e com maior continuidade no tempo.

Assim, desenhamos um regramento no edital do Concurso que privilegiasse os municípios onde a agricultura familiar está historicamente mais consolidada.

Sendo assim, buscando sempre aprimorar nosso trabalho, e incentivar a expansão da agricultura familiar de norte a sul, leste a oeste do País, adotaremos medidas no sentido de ampliar a visibilidade do PNAE.

Dessa maneira, visando introduzir estas experiências, apresentamos quatro cartas gentilmente escritas por especialistas

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL - RS

no tema e por representações dos agricultores e agricultoras familiares, com a expectativa que estes nos ajudem a pensar sobre o acesso a uma alimentação saudável e adequada por meio da experiência de quem convive diariamente com os desafios de tornar possível a realização de uma alimentação escolar que alia desenvolvimento rural e abastecimento alimentar de qualidade.

A vocês, caros leitores e leitoras, apresentamos um material que consolida grandes experiências, demostrando como milhões de alunas e alunos têm tido a cada ano mais acesso a uma alimentação rica em nutrientes e com mais pessoas comprometidas.

Silvio de Sousa Pinheiro

Presidente do FNDE

MUNICÍPIO DE FÊNIX - PR

CARTA DE UM AGRICULTOR FAMILIAR SERGIPANO

Quero aqui, neste espaço introdutivo do "Caderno de Boas Práticas da agricultura familiar para a Alimentação Escolar", externar a minha satisfação em proferir algumas palavras como abertura.

Esse tema nos traz intensas e boas reflexões, principalmente pelo resgate dos avanços e desafios que nós, agricultores familiares do estado de Sergipe, tivemos de enfrentar ao longo da implantação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, como também a consciência da evolução da agricultura familiar e seus empreendimentos sergipanos no decorrer deste período.

Em nosso estado, a inserção da agricultura familiar na alimentação escolar teve início em dezembro de 2009, quando foi colocado à disposição dos agricultores familiares e seus empreendimentos mais de um milhão e meio de reais pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, sendo apenas uma pequena parcela desse dinheiro concretizado. Isso em razão de até então os agricultores familiares ainda não terem uma visão do trabalho coletivo como forma de produção e comercialização de seus produtos, e muito menos de vender diretamente sua produção para a alimentação escolar.

No lançamento da primeira chamada pública, havia apenas quatro empreendimentos com Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (DAP) Jurídica no estado, e os produtos disponíveis para inserção no cardápio eram de no máximo 20 itens, e quase que na sua totalidade *in natura*, o que dificultava muito a aquisição.

Nossa cooperativa, a Cooperafes Moita Bonita, foi uma das primeiras no estado a conseguir vencer a barreira burocrática e vender seus produtos para alimentação escolar sem intermediários, um feito ambicioso para o momento e também muito desafiador, pois tínhamos que levar nossos produtos até as mais de

380 escolas da rede estadual de ensino, sem experiência alguma, mas com uma vontade de fazer acontecer enorme, e uma rede de parcerias que nos ajudaram a vencer esse desafio.

Depois da nossa cooperativa, vieram muitas outras. Hoje temos em nosso estado cerca de 50 cooperativas e/ou associações de agricultores familiares com DAP Jurídica ativa, e todas comercializando seus produtos de forma direta, garantindo assim o preço justo pelo seu produto, e o principal, levando alimentos frescos e produzidos com responsabilidade socioambiental até as escolas públicas de nosso estado, sejam das redes municipais ou estaduais de educação.

Enfrentamos muitos desafios, dentre os quais: a desconfiança dos órgãos gestores; desconhecimento do processo licitatório; desconhecimento dos produtos existentes; despreparo dos agricultores; logística para a distribuição; sifagem dos produtos e falta de estrutura adequada nas escolas. Todavia, maior que os desafios, era a vontade de fazer com que essa oportunidade ímpar para a comercialização de produtos diretamente da agricultura familiar desse certo, sem a presença dos atravessadores, isso, fez com que buscássemos parcerias e, por meio dessas parcerias, concretizamos esse mercado maravilhoso.

Um fato importante que vale ser lembrado, é a criação da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidaria do Estado de Sergipe (Centrafes),, a qual surgiu da necessidade das cooperativas e associações de agricultores diante dos problemas e dificuldades encontradas com este novo mercado. Sabíamos que não conseguiríamos resolver nada sozinhos em nossas entidades, mas com a junção de todos em uma cooperativa central teríamos força institucional, e uma assessoria presente para nos ajudar a ampliar cada vez mais nossa área de atuação junto ao PNAE.

Assim, eu, como agricultor familiar sergipano, posso afirmar sem nenhuma dúvida, que a agricultura familiar do nosso estado possui dois momentos distintos: um antes da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e outro após. Isto porque houve uma evolução

muito grande, tanto na organização dos empreendimentos, como na formalização de novos empreendimentos, tivemos um avanço muito grande na agroindustrialização de nossa produção, conseguimos diminuir a necessidade de atravessador em nossos processos de comercialização, aumentamos o número de agricultores que estão produzindo orgânicos, inserimos a juventude rural de volta ao campo, e o principal de tudo é que conseguimos empoderar e valorizar o agricultor como ator principal deste processo.

Para finalizar, deixo como mensagem de abertura que, mesmo que ainda existam desafios, temos muito mais a comemorar com PNAE. Foi por meio dele que se abriram as portas da independência na comercialização dos produtos da agricultura familiar, foi por meio dele, também, que conseguimos agregar valor à nossa produção, garantir preço justo e mercado. E por mais que alguns não percebam, quando investimos em ações como as do PNAE no campo, resolvemos um grande problema social que é o êxodo rural e os bolsões de pobreza nas grandes cidades causados pela necessidade de emprego e renda, mas sem qualificação para tal.

Por tudo isso, fico feliz em hoje dizer, em nome de todos os meus conterrâneos produtores: somos agricultores familiares, produzimos alimentos, respeitamos o meio ambiente e ajudamos nosso País a se desenvolver, e, principalmente, a participar da alimentação escolar.

José Joelito Costa Santos

Representante da CENTRAFES - SE

Presidente da COOPERAFES Moita Bonita - SE

CARTA DE UMA AGRICULTORA FAMILIAR MATO-GROSSENSE

Comemorando esta publicação sobre a participação da agricultura familiar na alimentação escolar, quero dividir com vocês nossa experiência no PNAE, e dizer que foi o cooperativismo solidário liderado por mulheres camponesas que impactou positivamente no desenvolvimento de nossas agricultoras no estado do Mato Grosso.

A Lei nº 11.947, de 2009, em seu artigo 14, viabiliza e amplia o acesso à participação da agricultura familiar na comercialização de seus produtos para alimentação escolar e para mim, agricultora familiar, mulher, significa o reconhecimento da nossa função social e econômica em nosso País.

No inicio, foi necessário buscar muita informação e mobilizar muitas ferramentas para possibilitar a entrada dos nossos produ-

tos nas prefeituras e órgãos responsáveis pela aquisição da alimentação escolar em nosso estado.

Tivemos muitos desafios a superar, entre eles os princípios básicos das normas higiênicas, sanitárias e legais que regem o setor, pois é muito difícil cumpri-las diante dos custos da infraestrutura demandada das instalações da produção familiar.

Todavia, encontramos no Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária das mulheres de nossa comunidade a única força de superação dos desafios para o cumprimento da Lei nº 11.947/2009, o que promoveu a organização da produção oferecendo uma alimentação saudável que reduziu as desigualdades sociais e regionais que há entre homens e mulheres.

Quero destacar como o PNAE, em seu formato atual, vem contribuindo para a permanência da família no campo, especialmente a de jovens que passaram a enxergar o meio rural com visão de futuro. E assim, é necessário dizer o tanto que vale salientar a importância da participação das mulheres no PNAE, que demandou de nós mulheres, um esforço maior para ser acessado, mas que hoje colhemos os frutos da união de nossas forças e do interesse de conquistá-lo.

Terezinha Rios Pedrosa

Presidente da UNICAFES-MT

União das cooperativas da agricultura familiar
e Economia Solidária do Estado do Mato Grosso

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 27

A CONFLUÊNCIA ENTRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR 33

CARDÁPIO

VENCENDO OS DESAFIOS DA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 40

AGREGANDO VALORES COM A AGRICULTURA FAMILIAR 46

AGRICULTURA FAMILIAR CONTRIBUINDO PARA MELHORIA DO CARDÁPIO ESCOLAR 50

MULTI ESTRATÉGIAS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE PONTA COM A AGRICULTURA FAMILIAR 58

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

VIVENCIANDO A TEORIA 64

VALORIZANDO A CULINÁRIA INDÍGENA LOCAL 70

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PROL DE UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE TURUÇU - RS 76

CHAMADA PÚBLICA

VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 82

EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR 86

ABASTECIMENTO E LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO

AQUISIÇÃO DE CARNE DE GADO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 94

ABASTECIMENTO, LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO: UMA AÇÃO QUE DEU CERTO! 100

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIA QUE DEU CERTO 104

INTERSETORIALIDADE

EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS DE CONCEIÇÃO DOS OUROS - MG: ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E ACESSO AO PNAE 110

PRÁTICAS INTERSETORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM FÊNIX – PR 114

AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: FOCO NA INTERSETORIALIDADE 118

AÇÕES INTERSETORIAIS VALORIZAM O AGRICULTOR FAMILIAR E AMPLIAM A OFERTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NAS ESCOLAS 124

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: A EFETIVIDADE DA LEI Nº 11.947/2009 128

AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: FOCO NA INTERSETORIALIDADE 132

COOPERATIVISMO / ASSOCIATIVISMO

PNAE E AGRICULTURA FAMILIAR: ROMPENDO OS MUROS DAS ESCOLAS E EMPODERANDO NOSSOS AGRICULTORES 140

ASSOCIATIVISMO RURAL EM MOVIMENTO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E AVANÇOS 146

AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PARCERIA QUE DEU CERTO 150

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL: RESPEITO E VALORIZAÇÃO 160

SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO DE BASE ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA

AGRICULTORES ORGÂNICOS ALIMENTAM O FUTURO DE IÇARA 168

AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL: UMA PARCERIA QUE DEU CERTO 172

POLPA DO AÇAÍ DE JUÇARA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE TRÊS CACHOEIRAS - RS 176

MUNICÍPIO DE MACHADINHO - RS

APRESENTAÇÃO

A experiência brasileira com a alimentação escolar tem se destacado nacional e internacionalmente nos últimos anos. Diversas dissertações, teses e artigos foram produzidos com essa temática em um período recente. Os mercados institucionais tornaram-se tema frequente em congressos acadêmicos brasileiros nas áreas dos estudos rurais, da alimentação e da nutrição. Diversos países e organizações internacionais têm procurado conhecer e tirar lições sobre a alimentação escolar brasileira. Eventos político e institucionais e estudos acadêmicos internacionais igualmente têm apontado inovações na experiência brasileira. Mas quais elementos explicam esta efervescência em torno da discussão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar?

As razões são muitas. Uma delas decorre da universalidade no atendimento presente no Programa, ao contemplar todos os estudantes da educação básica pública, repercutindo na promoção da segurança alimentar e nutricional do País. Outra razão diz respeito ao cuidado que o Programa tem ao procurar contemplar as especificidades de diferentes grupos sociais, seja em termos de valores *per capita* diferenciados, seja em termos de cuidados com necessidades especiais na alimentação (ex.: doença celíaca, diabetes, alergias e intolerâncias alimentares), ou ainda ao adequar esta última às particularidades culturais e aos diversos hábitos alimentares encontrados no contexto brasileiro (especialmente das comunidades indígenas e/ou quilombolas). Outro elemento em destaque é a preocupação com a qualidade da alimentação escolar, manifesta no estímulo ao consumo de alimentos frescos (frutas e hortaliças); no controle da oferta de alimentos processados, com sódio e açúcares; e na promoção da alimentação local e agroecológica. Por fim, e diretamente relacionada as razões anteriores, está a promoção da agricultura familiar, impulsionada notadamente a partir da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Esta tem sido uma das

principais inovações no PNAE e tem chamado a atenção nacional e internacional.

A Lei nº 11.947 e seus normativos posteriores foram de extrema importância para o desenvolvimento rural brasileiro, principalmente para a agricultura familiar e a diversidade de segmentos em seu interior. De uma alimentação escolar, em grande medida, controlada pela indústria de processamento, o que favorece a padronização de práticas e gostos alimentares, despersonificação de processos produtivos e culturais, e distanciamento entre agricultores e consumidores, passou-se a fortalecer práticas alimentares que reconectam necessidades vitais (o alimentar-se) aos processos produtivos, às dinâmicas da "natureza", às construções culturais e às identidades sociais locais e a proximidade entre produtores e consumidores. Com efeito, como já mencionado, dá-se ênfase, na alimentação escolar, aos produtos *in natura* ou pouco processados, orgânicos ou agroecológicos, produtos da estação e arraigados às culturas alimentares locais. A origem rural da alimentação escolar e sua vinculação com os atores que cultivam e cuidam "da terra" são retomadas neste processo, valorizando a identidade e o trabalho do agricultor familiar, provocando ressignificações do e no rural próximo, encurtando as distâncias simbólicas entre rural e urbano, e promovendo o desenvolvimento dos territórios. Em suma, poderíamos nos referir, como aludem diversos autores, a um processo de reconexão entre consumidores, produtores e alimentos, mediados pela alimentação escolar.

Ademais, além de garantia de renda aos agricultores e incentivo à produção, o mercado da alimentação escolar tem estimulado à manutenção dos agricultores no meio rural, a sua organização coletiva e a busca pela qualificação profissional. O que se observa é a valorização da própria identidade de agricultor. Ressaltamos que esta valorização recai principalmente sobre identidades específicas do meio rural brasileiro, as quais, desde um passado bem longínquo, vinham sendo arrefecidas, por vezes desqualificadas e alijadas das ações do Estado, e que agora são ressignificadas e reconhecidas como sujeitos de di-

reitos, a exemplo dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, e demais povos e comunidades tradicionais.

A valorização dessas identidades perpassa também a construção da confiança pela sociedade consumidora e envolve este conjunto de atores rurais específicos. Com efeito, diante das recorrentes controvérsias que cercam a "qualidade alimentar industrial", sobretudo em decorrência da proliferação de crises associadas à segurança dos alimentos, procura-se estabelecer nas relações pessoais entre consumidor e agricultor familiar a garantia da segurança alimentar e nutricional, a qual inclui não apenas aspectos de sanidade, mas socioculturais. O fato de o consumidor final ser as crianças também reforça esta confiança, bem como a possibilidade de estarem, entre os consumidores, filhos dos próprios agricultores, ou filhos de parentes, vizinhos, ou da mesma localidade onde residem os agricultores.

Também cabe destacar a promoção de modelos de produção mais sustentáveis. A partir de 2009, o Programa passou a estimular a produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos e, como a demanda é diversificada, estimula-se a diversificação nas propriedades rurais em contraposição à monocultura e à especialização da agricultura convencional. A agricultura familiar vai estruturando-se a partir de práticas e sistemas de produção mais sustentáveis.

As boas práticas apontadas neste Caderno nos mostram os elementos citados e ajudam a explicar o interesse nacional e internacional pelo PNAE. Saúdo ao FNDE pela iniciativa de publicizar diferentes experiências exitosas de compra da agricultura familiar no âmbito do PNAE, como um estímulo para que mais Entidades Executoras participem e qualifiquem este processo. Parabenizo a todos os participantes do concurso, especialmente aos gestores, nutricionistas, agricultores familiares, mediadores sociais, conselheiros escolares e pesquisadores selecionados na etapa final do Concurso Boas Práticas de Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Como foi dito, o trabalho de

Fotógrafo: João Gabriel da Rosa

MUNICÍPIO DE IÇARA - SC

vocês tem repercussões na alimentação servida nas escolas, no meio rural brasileiro, na relação deste com as sociedades urbanizadas e na construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis.

Cátia Grisa

Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Fotógrafo: João Gabriel da Rosa

MUNICÍPIO DE IÇARA - SC

A CONFLUÊNCIA ENTRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR

Por sua história e relevância social e econômica, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pode ser considerado como um patrimônio do povo brasileiro. Com mais de 60 anos de existência, o Programa tornou-se um dos pilares da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. No entanto, tão importante quanto o insubstituível fato de garantir alimentação a milhões de crianças, jovens e adultos no ambiente escolar, o PNAE tem sua história marcada por um processo de evolução crescente, onde os aprimoramentos em torno da universalidade do atendimento, qualificação da gestão, ampliação da participação social, melhorias nos cardápios, entre outros, têm sido uma constante em seu desenvolvimento.

Possivelmente, um dos avanços mais marcantes, na história do PNAE, tenha sido a aprovação da Lei nº 11.947/09. Fruto de um intenso processo de diálogo com a sociedade civil, essa foi a primeira legislação que tratou da totalidade das ações do Programa, e trouxe avanços relevantes do ponto de vista da adequação dos alimentos, da formulação de cardápios e da operacionalização do Programa. Contudo, é em seu artigo 14 que reside uma das maiores inovações, pois é nesse artigo que está prevista a obrigatoriedade de aquisição de no mínimo 30% do volume total de recursos do Programa em gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Para tratar da implementação desse artigo e gerir esse processo inovador, foi criado um grupo, com representação do governo e da sociedade civil, no qual participam organizações da agricultura familiar, agroecologia e do campo da SAN. A partir deste processo de diálogo, foi formulada e aprimorada a regulamentação em torno das aquisições, reafirmando o compromisso do Programa em fortalecer a participação social e o diálogo na construção da política.

É seguro afirmar que nestes sete anos de execução das

MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - PA

aquisições da agricultura familiar ainda não podemos mensurar a relevância social, econômica, ambiental e cultural desta elementar, porém trabalhosa e determinante mudança no perfil do Programa. Muitos esforços têm sido feitos para tal, em sistematizações de organizações sociais, poderes públicos locais, órgãos de extensão rural e outros, mas não somente nestes espaços. Uma breve busca em sites de pesquisa acadêmica nos levará a centenas de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, bem como livros e artigos científicos em torno da temática das compras da agricultura familiar na alimentação escolar, tamanha a importância desta ação para o desenvolvimento local, a sustentabilidade, a valorização de hábitos e culturas regionalmente apropriadas e o redesenho das relações sociais e de gênero.

A iniciativa do concurso **"Boas Práticas de Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar"** é um importante esforço neste sentido. Ao estimular a participação e registro das mais diversas iniciativas de aquisição da agricultura familiar dentro do Programa, o concurso abre espaço para demonstrar seus avanços dentro um diversificado conjunto de campos de ação. Somente nas experiências selecionadas como finalistas encontramos enriquecedores relatos que nos trazem uma ampla visão dos efeitos positivos dessas aquisições.

Entre eles, podem-se destacar como efeitos no âmbito escolar: o estímulo e resgate do consumo de produtos da sociobiodiversidade local, a qualificação e enriquecimento de cardápios; a melhora nos hábitos alimentares dos estudantes, com consequente melhora no rendimento escolar; melhoria na qualidade dos alimentos adquiridos; estímulo à implantação de hortas escolares, resgate de cultura e hábitos alimentares locais e regionais, qualificação de cozinheiro(a)s e ações de educação alimentar e nutricional, sempre motivadas pela inserção de produtos da agricultura familiar nas refeições. No que tange aos resultados junto aos agricultores e suas organizações, observou-se: o estímulo à diversificação da produção e conversão para agroecologia; a abertura de novos espaços de comercialização a partir da inserção no PNAE; a qualificação dos processos de gestão e or-

ganização da produção, o redesenho das relações de gênero, o estímulo a processos de organização social e política, a valorização de produtos da sociobiodiversidade e a promoção de um desenvolvimento rural socialmente mais justo e ambientalmente mais equilibrado em âmbito local e regional. Por fim, no âmbito do poder público e da gestão do Programa, as aquisições da agricultura familiar garantiram maior abertura dos poderes públicos – em suas três esferas – para as especificidades da agricultura familiar; o fomento a intersetorialidade, a criatividade na gestão do Programa e o diálogo e participação da sociedade civil em sua execução.

Enfim, aqui se destacaram alguns dos aspectos observados nos relatos das experiências selecionadas como finalistas entre centenas de outras. Todavia, este breve retrato já nos permite ver o potencial que esta ação de orientação do mercado institucional significa. A abertura das políticas de mercado institucional para as aquisições da agricultura familiar representa um avanço histórico na construção de ações de estado para a promoção da SAN, articulando assistência alimentar, abastecimento, desenvolvimento local, sustentabilidade ambiental, justiça social e econômica e adequação cultural, não é sem motivos que o Brasil tornou-se, nos últimos anos, uma referência internacional neste campo, servindo de inspiração para que outras nações repensem seus mercados institucionais e promovam políticas de SAN.

A valorização dessa ação não significa que não enfrentemos limites e dificuldades em sua execução, ainda temos muito a melhorar e aprimorar. No entanto, o maior cuidado que devemos ter é em preservar e não retroceder nestas conquistas da sociedade brasileira. Em tempos de questionamento e restrição às políticas sociais, as experiências aqui registradas nos mostram que a abertura dos mercados institucionais para a agricultura familiar representam um investimento do estado que promove desenvolvimento, propõe e mostra caminhos para a superação da crise econômica e social, pois agrega atores sociais, mobiliza gestores e dinamiza as economias locais.

Como dito inicialmente, o PNAE – e a inserção da agricultura

familiar neste – já é patrimônio do povo brasileiro, e como tal deve ser tratado e preservado.

Uma boa e inspiradora leitura a todas e todos!

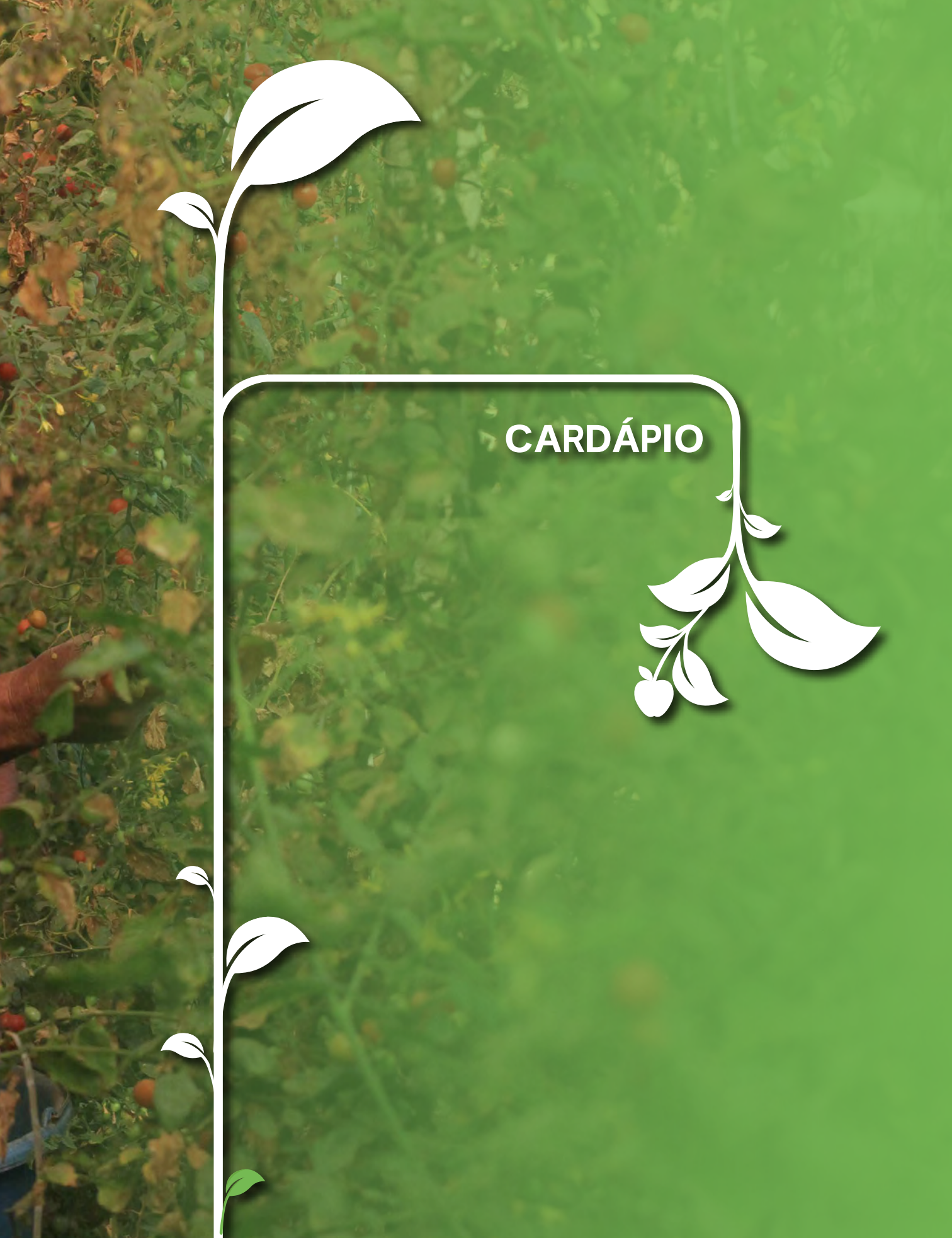
Julian Perez-Cassarino

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Campus Laranjeiras do Sul - PR

Membro da coordenação do Fórum Brasileiro de
Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

“Os novos ingredientes foram adicionados à alimentação escolar na forma de saladas (salada de berinjela com tomate), farofas (farofa de vagem e carne desfiada), caldos (caldo de mandioca com feijão), arroz temperado (arroz com brócolis), sopas e ensopados (sopa de inhame, cenoura e chuchu), refogados (quiabo com frango).”

MUNICÍPIO DE MATEUS LEME - MG



CARDÁPIO

VENCENDO OS DESAFIOS DA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

MUNICÍPIO DE MATEUS LEME

SIMONE CRISTINA PASQUI

A cidade de Mateus Leme, em Minas Gerais, tem um grande potencial agrícola. Atualmente, são mais de mil agricultores familiares no munícipio, mas até o ano de 2009 os agricultores locais e a alimentação escolar não possuíam qualquer ligação. Porém, devido à Lei nº 11.947 de junho de 2009 estabelecer que fossem empregados 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar com a agricultura familiar, pequenos produtores rurais e a Secretaria Municipal de Educação estreitaram laços e iniciaram uma parceria vitoriosa.

O primeiro passo foi o contato da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Minas Gerais, com a nutricionista responsável técnica pelo PNAE informando quais seriam os produtos disponíveis na ocasião, o técnico da EMATER, por sua vez, recebeu explicações sobre o processo de funcionamento da alimentação escolar. Assim, iniciamos a articulação para que começássemos a adquirir os produtos dos agricultores familiares do município. Muitos foram os problemas enfrentados, as pessoas não acreditavam que esse tipo de compra fosse viável e muitos julgavam ser impossível incluir os alimentos que os produtores locais tinham a oferecer.

Participamos de uma reunião com alguns agricultores e não foi muito animador. Eles olhavam de maneira desconfiada, a maioria não estava disposta a vender para a prefeitura, que tinha fama de má pagadora, entretanto, alguns aceitaram participar da chamada pública e foram gastos com produtos desses agricultores, em 2009, apenas R$ 5.487,49, pouco mais que 5% do valor repassado pelo PNAE.

Município de Mateus Leme

30.678 habitantes

3.164 alunos no município

12 escolas no município

R$ 223.960,00 repassados em 2016

R$ 201.209,22 executados em 2016

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

89,84%

Além da falta de interesse dos agricultores, outro entrave encontrado foi a adequação do cardápio à produção local. Os legumes mais consumidos na alimentação escolar eram batata, cebola, cenoura, beterraba, e as frutas mamão e maçã. Mudar essa cultura foi difícil, nenhum dos agricultores produzia esses alimentos e foi necessário substitui-los de forma gradativa. Aqui no local há grande produção de berinjela, por exemplo, legume que apresentava grande rejeição. Ouvia-se com frequência frases do tipo: "você tá doida, criança não come isso não...", "nunca vi oferecer isso na alimentação escolar...". Nos chateamos, mas não desistimos! Assim, foi incluído no cardápio: berinjela, mandioca, ervilha, vagem, brócolis, couve-flor, inhame, acelga, quiabo, além de goiaba e abacate. Também aumentamos a oferta de alguns produtos que já eram consumidos como abóbora, abobrinha, chuchu, tomate, couve, repolho, banana e mexerica.

Aos poucos os agricultores começaram a produzir beterraba, cenoura e cebola, alimentos que voltaram a fazer parte do cardápio, mas a batata teve que ser substituída por mandioca e inhame.

Os novos ingredientes foram adicionados à alimentação escolar na forma

de saladas (salada de berinjela com tomate), farofas (farofa de vagem e carne desfiada), caldos (caldo de mandioca com feijão), arroz temperado (arroz com brócolis), sopas e ensopados (sopa de inhame, cenoura e chuchu), refogados (quiabo com frango).

As rejeições e reclamações se estenderam por um tempo, mas a oferta dos alimentos continuou e, aos poucos, toda a comunidade escolar se adequou à nova realidade.

Outra dificuldade encontrada foi a distribuição dos alimentos nas escolas. Era necessário que os produtos fossem entregues em cada uma das 12 escolas e creches. Dessa maneira, os próprios agricultores, com ajuda da EMATER, fretaram um caminhão que fazia o

transporte da mercadoria. O valor do frete foi considerado na formação do preço, mas não ultrapassou o valor pago no mercado local.

De 2009 a 2012, era a EMATER que articulava as compras, repassando os pedidos da Secretaria de Educação para os agricultores e organizando as entregas. Em 2012, recebemos no município representantes do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade de Ouro Preto (CECANE/UFOP), que, na ocasião, se reuniu com todos os atores envolvidos na alimentação escolar e estimulou a criação de uma cooperativa para que os agricultores se organizassem melhor. Em 2013 então, a cooperativa, foi formada e possibilitou que as vendas fossem expandidas para outros municípios como Lagoa Santa, Vespasiano, Matozinhos, Belo Horizonte e Betim.

Depois de criada a cooperativa, foi firmada uma parceria com um laticínio que pasteurizava o leite proveniente dos pequenos produtores e a Secretaria de Educação passou a adquirir leite tipo C. O feijão também foi incluído na lista de produtos disponíveis.

Conforme já citado, muitos foram os obstáculos encontrados para que se concretizassem as compras provenientes da agricultura familiar, mas com muito trabalho e dedicação esses obstáculos foram vencidos. Os primeiros produtores a realizarem as vendas repassaram aos outros o sucesso que tinham obtido, e cada vez mais agricultores demonstravam interesse em aderir a esse tipo de venda, culminando na criação da cooperativa.

No decorrer do tempo, alunos e funcionários se acostumaram com os novos produtos introduzidos nos cardápios. Os legumes, verduras, frutas, leite e feijão, provenientes da agricultura familiar, foram amplamente aceitos, trazendo grandes benefícios à saúde de todos, tais como o aumento do consumo de fibras, vitaminas e minerais; além do estímulo a uma formação de hábito alimentar saudável. Prova do sucesso obtido é que no município de Mateus Leme os valores empregados com agricultura familiar crescem a cada ano. Em 2016 esse valor foi bem maior que os R$ 5.487,49 gastos no primeiro ano.

A agricultura familiar trouxe mais cor e sabor aos pratos da alimentação escolar e, consequentemente, levou mais renda até o campo e todos saíram vitoriosos!

AGREGANDO VALORES COM A AGRICULTURA FAMILIAR

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

CASSIA TEIXEIRA GASQUE

ODAIR BARBOSA

Janiópolis é um pequeno município do interior do estado do Paraná, onde a alimentação servida nas escolas e centros educacionais sempre foi de boa qualidade, mas era praticamente toda adquirida nos supermercados locais.

Com a implantação da Lei nº 11.947, que destina o mínimo de 30% dos recursos a serem utilizados na aquisição de produtos regionais dos pequenos produtores agrícolas, conseguimos melhorar muito o cardápio e a aceitabilidade da alimentação, além de agregar mais valor nutritivo às refeições.

Nosso município tem, entre vários produtores de legumes, verduras e frutas; produtores que fabricam pães, queijo colonial, rapaduras de vários sabores, pamonhas, doces caseiros, além da criação de frangos caipiras e suínos.

Os agricultores do nosso município são pequenos produtores e a implantação da Lei nº 11.947 possibilitou o aumento de suas produções, ajudando-os a abrir espaço para comercialização de seus produtos. E assim melhorou a renda financeira de várias famílias.

Em Janiópolis os agricultores familiares podem ter acesso ao PNAE por meio de chamadas públicas.

Os alimentos são escolhidos pela nutricionista e sua produção é direcionada para as necessidades alimentares dos alunos de toda a rede de educação municipal (educação infantil e ensino fundamental).

Além disso, o Programa possibilitou às crianças maior acesso a alimentos saudáveis, contribuindo assim para a educação alimentar e nutricional.

Muitos alunos não tinham acesso a vários alimentos que hoje pertencem ao cardápio do município e muitos passaram a se alimentar melhor. Nosso objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Conseguimos implementar o café da manhã nas escolas fundamentais, servindo pão caseiro e leite ou iogurte todos os dias letivos. Essa ação melhorou o rendimento escolar do aluno que mora no meio rural e sai de sua casa muito cedo, bem como aquele aluno que vive no meio urbano, mas que não tinha o hábito de ter essa refeição tão importante que é o café da manhã.

Além dessa ação, conseguimos, com o auxílio de todos os atores sociais da educação incluindo merendeiras, nutricionista, professores, pedagogos, diretores escolares e a secretaria de educação, um grande avanço na questão da educação nutricional.

Conseguimos, por meio de muita criatividade, dedicação e carinho, introduzir no cotidiano escolar, legumes e verduras que não tinham boa aceitação, como a beterraba, o brócolis, a couve e a abobrinha, que foram introduzidos aos poucos de formas variadas e teve excelente aceitação.

A beterraba, por

Município de Janiópolis

- 5.897 habitantes
- 736 alunos no município
- 8 escolas no município
- R$ 66.780,00 repassados em 2016
- R$ 22.263,85 executados em 2016
- 17 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

33,34%

exemplo, passou a ser ralada e cozida junto ao feijão agregando todos os seus nutrientes a essa preparação, que todos os alunos da rede municipal têm acesso diariamente. Além disso, ela é ofertada, também, como bolo e chama a atenção por sua coloração rosada, fazendo que crianças que não tinham o hábito de consumir esse vegetal passassem a apreciá-lo de diferentes formas.

Outro alimento que teve ótima transformação foi a abobrinha verde que, ralada, foi incorporada e transformada em um delicioso bolo de chocolate servido no café da tarde.

O brócolis passou a ser utilizado praticamente todo, incluindo flores e talos em farofas supernutritivas e coloridas, assim como a couve-manteiga, que tem suas folhas e talos utilizados nesta preparação tão rica e saborosa.

A batata-doce foi processada e transformada, junto com o queijo colonial, em um delicioso escondidinho, servido com salada de folhas e arroz nas escolas e nos centros de educação.

A rapadura, que era pouco conhecida, acabou por cair no gosto das crianças. Ela é fabricada, pelo agricultor familiar, de forma diferenciada para a nossa alimentação escolar. Pois é saborizada com mamão e amendoim, tornando-a ainda mais nutritiva.

Assim, em conjunto com os agricultores, os atores da educação, o Programa Agricultura Familiar e a nutricionista foi possível transformar, não só a saúde e hábitos dos nossos alunos, como a vida de muitos agricultores, que hoje tem uma renda extra por meio dos seus produtos.

AGRICULTURA FAMILIAR CONTRIBUINDO PARA MELHORIA DO CARDÁPIO ESCOLAR

MUNICÍPIO DE PAIÇANDU

ANA KARLA BASSETO
ELIANE YAKESTEST
JOSE DO CARMO FRANCISCO DA CRUZ
VALERIA COSTACURTA GATTI

Atender às exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, é um grande desafio, uma vez que é preciso ajustar a disponibilização dos recursos, dos 30% destinados à agricultura familiar, com a elaboração de um cardápio que, além de ter que atender as recomendações nutricionais de cada faixa etária, deve conter os itens que são produzidos pelo pequeno agricultor.

Para que se alcance todas as diretrizes do Programa, é preciso cautela e bastante trabalho.

Ao elaborar um cardápio, o profissional responsável precisa considerar vários pontos, entre eles, a lei da harmonia, na qual se deve atender a distribuição e proporcionalidade dos nutrientes. Sabemos que um cardápio rico em nutrientes é aquele que contém variedade, e que frutas, legumes e folhas são as principais fontes de fibras, vitaminas e minerais.

Por lei, desde 2009 é preciso adquirir os alimentos vindos da agricultura familiar e, com isso, apareceram algumas dificuldades, entre elas, a diversidade na produção.

Os produtores que inicialmente participavam do Programa, em sua maioria, produziam os mesmos alimentos, normalmente alface, couve, cheiro-verde, mandioca, ou seja, não podíamos contar com variedade. Isso afetava diretamente a elaboração dos cardápios propostos, os quais normalmente continham alimentos e preparações

Município de Paiçandu

40.156 habitantes

4.535 alunos no município

14 escolas no município

R$ 413.440,00 repassados em 2016

R$ 176.785,80 executados em 2016

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

42,76%

repetidas, consequentemente, desperdício por parte dos alunos, que rapidamente passavam a não aceitar o mesmo alimento mais que duas vezes por semana.

Portanto, tínhamos um cenário com 17 agricultores que entregavam produtos parecidos, geralmente do grupo de folhosos, que não possibilitavam variar o modo de preparo e, além disso, possuíam valor nutricional bem parecidos.

Nessa época, a saída encontrada era comprar de grandes mercados os itens que não conseguíamos direto com o pequeno produtor, afinal, era preciso colorir a alimentação escolar e, assim, deixá-la mais rica e com nutrientes variados.

Então nos perguntamos por que não solicitar do pequeno agricultor os alimentos que eram comprados nos grandes mercados, uma vez que, até o momento, a experiência com o pequeno grupo havia sido positiva. Os alimentos chegavam frescos até as escolas e centros infantis, a entrega e a distribuição estavam funcionando corretamente, pois, devido à parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, os agricultores levavam o que foi solicitado até um centro de distribuição, alocado na própria secretaria e, de lá, um funcionário realizava a distribuição para o destino final. Então, por que não aumentar este grupo?

Nasceu daí um interesse maior em adquirir outros alimentos diretamente da agricultura familiar, já que as próprias colaboradoras das cozinhas ressaltavam a qualidade do que era entregue. Era preciso atender os objetivos de incentivar a produção de outros alimentos por parte do pequeno agricultor para inseri-los na alimentação escolar. A questão lançada era como fazer esse objetivo ser alcançado, pois na região não havia muitos produtores. Além disso, a maioria deles não obteve sucesso com hortas, optando por um tipo de produção mais lucrativa, como a plantação de soja. Tínhamos que conquistar o pequeno agricultor, mostrar a ele sua importância em contribuir para o enriquecimento da alimentação escolar, e destacar que o plantio de outros alimentos, desde que seja feito de maneira correta e consciente, também poderia dar a ele um bom retorno financeiro.

Realizando parceiras entre a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Agricultura e a EMATER, foram feitas visitas às propriedades para que se pudesse conhecer a realidade de cada produtor, verificar o espaço que este possuía e seu interesse em produzir outros tipos de alimentos. Enfim, buscamos incentivar e até mesmo capacitar os agricultores familiares para uma produção maior e mais diversificada, iniciativa esta que seria boa tanto para o agricultor, quanto para os alunos matriculados na rede municipal de ensino.

No final de 2013, a EMATER fez um mapeamento dos agricultores e o repassou para a Secretaria de Agricultura e Secretaria de Educação para que o nutricionista e o responsável do PNAE pelo Programa Agricultura Familiar, realizassem visitas em todas as propriedades. Com isso, pudemos conhecer os alimentos produzidos nas hortas, inserindo-os na chamada pública do ano seguinte.

Nesse primeiro momento, ocorreu a inclusão de novos produtos no cardápio, e alguns deles já não foram mais adquiridos nos grandes mercados e sim do pequeno produtor. Mesmo com esse trabalho, a necessidade de diversificar ainda existia. Então, em 2014, aconteceu o trabalho inverso, a partir do cardápio proposto, a nutricionista fazia contato com o produtor estudando a possibi-

GAP

lidade de plantio daquilo que estava sendo colocado no cardápio. Alguns aceitaram o desafio, já outros preferiram não correr o risco, e mesmo com a adesão de poucos, conseguimos incluir outros alimentos dentro da chamada pública do ano seguinte.

O ano de 2015 contou ainda com um acontecimento até então pouco comum. Uma cooperativa procurou o setor de Nutrição da Secretaria de Educação, levando uma relação dos alimentos produzidos, inclusive os processados, como a polpa e o suco de frutas, que também foram introduzidos na alimentação escolar.

Atualmente, temos trinta produtores participando do PNAE por meio da agricultura familiar, deste total, estão incluídas duas cooperativas. Em relação aos produtos, podemos contar com vinte e nove itens, que vão desde folhosos até alimentos processados, e também leite e ovos. Antes havia um grupo com somente dezessete agricultores ofertando cerca de vinte produtos. Durante esse período de busca, trabalho e diálogo entre as partes envolvidas, obteve-se um aumento significativo na variedade de produtos e no número de agricultores.

Portanto, essa experiência nos mostrou que é possível atingir uma alimentação saudável e adequada, respeitando a cultura e os hábitos alimentares, e ao mesmo tempo apoiando o desenvolvimento sustentável por meio de incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados que podem ser produzidos em âmbito local, valorizando e apoiando o agricultor familiar.

Para isso, é necessário ir em busca, ouvir e fazer o trabalho adequado para que o pequeno produtor, colaboradores da cozinha, e, principalmente, o aluno, que irá consumir alimentos frescos e com mais qualidade, sejam favorecidos.

Assim, asseguramos que o aluno encontrará variedade na alimentação escolar, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento biopsicossocial.

MULTI ESTRATÉGIAS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE PONTA COM A AGRICULTURA FAMILIAR

MUNICÍPIO DE TAQUARA

LILIAN CÓRDOVA ALVES

Nosso município possui aproximadamente seis mil alunos, distribuídos em 38 unidades, sendo 11 escolas de Educação Infantil, 26 escolas de Ensino Fundamental (uma com Ensino Médio e EJA), mais o Programa AABB Comunidade.

Em 2013, ao assumir como Nutricionista Responsável Técnica no município, a situação dos cardápios, em relação à agricultura familiar, apresentava baixa aceitação dos hortigranjeiros pelos alunos, reclamações por parte das merendeiras em relação à qualidade dos gêneros (tamanho e apresentação dos itens) e, ainda, os cardápios não eram executados adequadamente pelas merendeiras.

Os principais obstáculos existentes eram a falta de preparo profissional das merendeiras em aproveitar melhor os alimentos, bem como dos professores em trabalhar com os alunos em sala de aula a questão da alimentação saudável, contribuindo assim para melhorar a aceitação de frutas, verduras e legumes.

Por isso, eram necessárias intervenções efetivas de qualificação profissional com os envolvidos na alimentação escolar (merendeiras e professores); ações conjuntas com os agricultores objetivando sanar os motivos das queixas no rece-

bimento dos alimentos; e capacitar as merendeiras em relação aos cardápios elaborados pela nutricionista responsável técnica.

Para melhorar a aceitação dos hortigranjeiros, provenientes da agricultura familiar, trabalhamos a partir de formações com os professores, instrumentalizando-os a tratar a temática da alimentação saudável em sala de aula, incentivando para adesão (formação esta a partir do Programa Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia).

A maioria das escolas desenvolve trabalhos contínuos com hortas pedagógicas. Realizamos também um trabalho direto de educação alimentar e nutricional, por meio de palestras, atividades lúdicas e oficinas culinárias com alunos de diversas idades.

Em relação às merendeiras (temos cerca de 80), foram feitas capacitações no sentido de esclarecer as características aceitáveis dos produtos da agricultura familiar, e foram estabelecidos critérios para a troca desses produtos.

Participamos de reuniões dos agricultores familiares junto à Secretaria de Agricultura do município e a EMATER, para fazermos a interlocução entre as queixas dos manipuladores de alimentos em relação aos gêneros recebidos, de forma a direcionar o assessoramento na produção e ajudar na solução dos problemas.

Também realizamos formações sobre o PNAE explicando às merendeiras sobre a importância de seguir o cardápio planejado pela nutricionista, e de como executar as preparações da melhor maneira, resultando em uma maior aceitação pelos alunos. Estamos desenvolvendo as Fichas Técnicas de Preparo a fim de padronizar as receitas para todas as escolas.

Nas escolas de Educação Infantil, as entregas dos produtos da agricultura familiar são semanais, já nas de Ensino Fundamental são quinzenais. Por isso capacitamos as merendeiras orientando-as sobre a melhor forma de conservação e aproveitamento dos gêneros, ensinando medidas adequadas de higieniza-

Município de Taquara

- 57.544 habitantes
- 6.680 alunos no município
- 37 escolas no município
- R$ 541.420,00 repassados em 2016
- R$ 396.838,05 executados em 2016
- 10 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

73,30%

ção e armazenamento dos produtos, de modo a preservar a qualidade, o valor nutricional e a segurança dos alimentos. É sugerido a flexibilização dos cardápios para uso prioritário dos gêneros perecíveis, em combate ao desperdício.

Foram realizados, junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cursos de culinária e de aproveitamento integral de alimentos, com livre participação.

A alimentação escolar no município de Taquara - RS é reconhecida na região por sua qualidade e variedade, e já recebeu destaque em jornais de circulação regional e nos meios de comunicação local. Atualmente, trabalhamos com cardápios que respeitam a sazonalidade da produção, pois o Setor de Alimentação Escolar mantém diálogo constante com a agricultura familiar, por meio de um representante, e, a partir desses debates, decidimos a melhor forma de incluir nas entregas às escolas, os alimentos da safra disponíveis em maior quantidade e melhor qualidade.

Também incentivamos a diversidade na produção de alimentos, como por exemplo o feijão preto, que, até 2013 não era cultivado, e, a partir de 2014, passou a ser fornecido às escolas, em sua totalidade, pela agricultura familiar. Nosso próximo passo é fomentar a produção orgânica de alimentos, oferecendo, por meio de parcerias, todo o suporte necessário aos agricultores.

No ano de 2013 nosso percentual de compra da agricultura familiar foi de 46%. Após todas as ações citadas, houve um aumento no consumo de hortigranjeiros. Em 2015, a compra ultrapassou a marca de 75%, e esse percentual vem aumentando a cada ano. O objetivo dessas ações foi atingido, hoje temos uma alimentação escolar de ponta, que inclui a correta execução do cardápio com excelente aceitação dos alunos.

As trocas de produtos estão sistematizadas e ocorrem com menor frequência. Estes resultados foram construídos, principalmente, por meio da interlocução entre o Setor de Alimentação Escolar, a agricultura familiar, as merendeiras, os professores e os parceiros da alimentação escolar.

Quem ganha com a alimentação escolar de ponta? Os alunos, com a melhoria da aprendizagem e do aproveitamento escolar, ao ter acesso à alimentação adequada durante sua permanência em sala de aula; o município, que por meio do apoio à agricultura familiar, possibilita renda ao agricultor e subsídio às famílias do campo, revertido em benefício nutricional à população, aliado ao desenvolvimento rural; e os taquarenses em geral, ao poder contar com alimentação de qualidade para seus filhos, enquanto desempenham seu papel na sociedade.

A agricultura familiar fornece grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, e merece valorização e incentivos cada vez maiores para a sustentabilidade, de forma a produzir cada vez mais e melhor, para o bem de todos, em todas as fases da vida.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS - MG

"Alimentar-se é muito mais que ingerir alimentos, é um processo que envolve aspectos de necessidades físicas e emocionais. Compreender este processo e realizar boas escolhas faz da criança um ser pensante e ao mesmo tempo protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento."

VIVENCIANDO A TEORIA

MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

ADRIANA POLETTO RAZIA
IRACI LUCHESE VASQUES
RENATA GEREMIA

A preocupação com a alimentação saudável está em pauta atualmente, e exige dos gestores ações específicas voltadas não apenas à oferta de alimentos sadios, mas à conscientização em relação ao seu consumo. Dados revelam a necessidade de investimentos educacionais nesse sentido.

Atualmente, o Programa Saúde na Escola é desenvolvido em nosso município nas escolas de ensino fundamental da rede municipal. Dentre as ações desenvolvidas pelo programa, a avaliação do estado nutricional constatou, que no ano de 2014, 36% das crianças avaliadas apresentaram sobrepeso ou obesidade.

A observação do cotidiano escolar na rede municipal de Bento Gonçalves evidenciou a preferência das crianças por alimentos industrializados, em vez do consumo preconizado pela alimentação escolar do PNAE.

Do valor repassado pelo FNDE, foi investido em aquisições provenientes da agricultura familiar um percentual de 45% até 100% no período de 2011 a 2015.

O município ainda investe, aproximadamente, um milhão e duzentos mil reais, provenientes de recursos próprios, na aquisição de gêneros alimentícios.

Hoje em dia, há em nosso município, um olhar voltado para as crianças e seus hábitos alimentares. É inegável a importância de a alimentação ser saudável e garantir o fornecimento de nutrientes necessários para o desenvolvimento do aluno. Diante disto, a Secretaria de Educação assumiu o compromisso de fazer frente à problemática da alimentação instalada socialmente, propondo atividades direcionadas à educação alimentar.

Manifesta-se a necessidade de oferecer ao aluno de nossas escolas o conhecimento da procedência do seu lanche escolar, provocando reflexões que o auxiliem a avaliar a qualidade da sua alimentação e, em alguns casos, repensar seu comportamento alimentar.

> Alimentar-se é muito mais que ingerir alimentos, é um processo que envolve aspectos de necessidades físicas e emocionais.

Compreender este processo e realizar boas escolhas faz da criança um ser pensante e ao mesmo tempo protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento.

Entende-se esta proposta como parte do fazer educativo, reconhecido como conhecimento válido e indispensável na própria escola e fora dela. Assim, o conhecimento gerado é útil para toda a comunidade, resultando não só na apropriação de saberes, mas na transformação de comportamentos. Promover ações e vivências que desenvolvam a reflexão, discussão e experiências em torno da alimentação, oportuniza à comunidade escolar e, principalmente, ao aluno, a possibilidade de realizar escolhas conscientes e de construir hábitos de alimentação saudável.

Em função da sua origem, o produto que chega às escolas para alimentar os alunos

Município de Bento Gonçalves

- 115.069 habitantes
- 9.566 alunos no município
- 44 escolas no município
- R$ 898.540,00 repassados em 2016
- R$ 699.067,95 executados em 2016
- 30 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

77,80%

apresenta um diferencial tanto em seu manuseio, preparo e conservação, quanto em seu sabor. No início, as merendeiras demonstraram resistência em lidar com esses produtos que, diferente do habitual, em termos de preparo, gerou nova demanda de trabalho para seu processamento. As crianças manifestaram, de modo geral, estranhamento em relação ao gosto. Foi assim, que um trabalho de qualificação profissional das merendeiras e de construção de uma consciência a respeito da alimentação mostrou-se necessário, de modo a favorecer a acolhida e o consumo desse produto oferecido na alimentação escolar.

As atividades voltadas às questões alimentares foram iniciadas em 2013, respeitando o desejo das escolas e o trabalho que vinham desenvolvendo em torno da alimentação. Em 2014, as atividades foram direcionadas aos professores e alunos do segundo ano, a fim de que fosse possível atender à demanda de visitas e acompanhamento.

Já no ano de 2015, a proposta foi ampliada, passando a envolver professores e alunos do Jardim B. A participação das merendeiras nas visitas também foi proposta para 2015, como um meio de engajá-las. Outra ação em andamento é a organização ou revitalização de hortas nos espaços escolares, em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), que possibilitou aos alunos múltiplas experiências em torno do cuidado à vida.

A capacitação das merendeiras, realizada pelo setor de alimentação escolar, contou com o apoio da EMATER, buscando qualificar o manuseio e o preparo do alimento oriundo da agricultura familiar, evitando assim o desperdício e ampliando o aproveitamento.

O cuidado com a apresentação da refeição foi trabalhado, por representar um fator decisivo para a acolhida do alimento. Junto ao aluno, são propostas visitas as feiras ecológicas, a propriedades rurais e a agroindústrias familiares.

Neste ano, percebemos a necessidade de disponibilizar sacolas ecológicas aos pequenos visitantes da feira. Em relação à feira ecológica, os alunos são recebidos para uma conversa sobre os alimentos que eles encontrarão nas bancas.

Uma especificidade mencionada, diz respeito aos produtos da época. Após a conversa, as crianças visitam a feira, negociam e experimentam produtos. Em vista das especificidades do público, os feirantes são preparados para receber as crianças, esclarecer dúvidas e negociar produtos em quantidades menores do que o habitual.

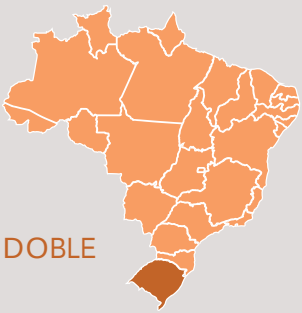
Na propriedade, as crianças têm a oportunidade de acompanhar e vivenciar o processo de cultivo da própria alimentação escolar. Nessa oportunidade, as crianças também conhecem o agricultor, seu modo de vida, seu espaço e seu trabalho diário, uma experiência que se distingue do dia a dia do aluno, em geral, proveniente de meios urbanos. Quando visitam a agroindústria, a experiência é similar.

As crianças participam da feitura do pão, desde a receita, e podem auxiliar sovando a massa. Comparam o produto antes e depois da fermentação e provam o alimento após o cozimento. As vivências têm fornecido suporte à

aprendizagem, contribuindo para que o aluno seja capaz de conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e desenvolvendo a formação de hábitos de autocuidado, de autoestima e de respeito ao outro.

Além disso, possibilita-se à criança compreender a natureza como um sistema dinâmico e o ser humano como um de seus agentes de transformação. Ademais, percebemos uma melhora significativa no consumo da alimentação escolar, que é saudável e balanceada, com uma ampla variedade de alimentos *in natura* sazonais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento físico e intelectual dos alunos, em substituição aos lanches industrializados com baixo valor nutricional.

Com essas ações, percebe-se a aproximação do produtor rural com a comunidade, proporcionando a sua valorização e incentivando-o a ficar no campo, com a possibilidade de aprimorar e diversificar a sua produção, e fomentar a economia local.



VALORIZANDO A CULINÁRIA INDÍGENA LOCAL

MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE

EDIVAN FORTUNA
LARISSA ZAPAROLI
LUCIANE MENEGAT ZAPAROLI
MARCIELI ANTUNES VANZ

Com o avanço da tecnologia e a facilidade de acesso a produtos e serviços, a cultura alimentar da comunidade indígena vem se perdendo ano a ano. Os alimentos e preparações típicas do povo indígena Kaigang estão sendo substituídos por

alimentos industrializados, que se tornaram de fácil acesso para essa população, comprometendo sua saúde, gerando sobrepeso e obesidade desde a infância.

Tendo em vista, a importância e necessidade de valorizar a cultura dos povos indígenas, bem como resgatar preparações com alimentos da terra produzidos pelos próprios índios, e preservar a saúde, desenvolvemos atividades de educação alimentar e nutricional, com o apoio da prefeitura municipal, da nutricionista responsável técnica pelo PNAE, dos produtores da agricultura familiar e da comunidade indígena, em uma escola da rede municipal de ensino.

Objetivos da iniciativa

E assim, o objetivo da iniciativa foi o de resgatar a cultura alimentar do povo indígena, valorizando os alimentos regionais e típicos deste povo por meio do uso de alimentos oriundos da agricultura familiar, para que se recuperasse a prática de produção dos alimentos da terra, quebrando paradigmas de que por mais que os alimentos industrializados estejam facilmente disponíveis, estes devem ser consumidos com menos frequência e quantidade.

Para a realização das atividades com os alunos da Escola Municipal de Educação Infantil Indígena Gir Si My Sér, teve-se como apoiadores a Prefeitura Municipal, a Secretaria de Educação, a nutricionista, produtores da agricultura familiar, diretora, professores, merendeira, servente e comunidade indígena em geral. As atividades desenvolvidas repercutiram não somente na escola, mas também nas famílias dos alunos e na comunidade em geral.

No dia 05 de abril de 2017, foi realizada a primeira atividade de educação alimentar e nutricional com as duas turmas da escola. Na atividade, envolveram-se todos os 42 alunos da escola. Em um primeiro momento, sob condução da nutricionista e auxílio da merendeira da escola, os alunos fizeram o reconhecimento de alguns alimentos como: mandioca, feijão, batata-doce, repolho, alface e folhas de caraguatá.

Eles foram questionados se consumiam determinado alimento e como ele era cultivado. Também, foi ex-

Município de Cacique Doble

5.100 habitantes

426 alunos no município

5 escolas no município

R$ 46.540,00 repassados em 2016

R$ 28.203,35 executados em 2016

20 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

60,60%

plicado, em uma forma de fácil entendimento, a importância desses alimentos para a saúde como um todo e a importância deles na cultura indígena. Após, foram elaboradas preparações típicas indígenas como: o bolo Emy, o qual é feito com farinha de trigo e água. Espicha-se a massa e assa na cinza. O feijão com Caraguatá: cozinha-se o feijão, tempera-o e corta-se bem fino o caraguatá, logo após, acrescenta-o ao feijão, deixando o mesmo cozinhar um pouco mais. A mandioca com carne de porco: em uma panela cozinha-se a mandioca, em outra, se frita a carne de porco picada. Depois de cozidos, misturam-se os dois ingredientes. Batata-doce assada na cinza: faz-se o fogo e, após queimada a lenha, abre-se um espaço na cinza e coloca as batatas-doces e as cobre com a cinza. Retirar após cozidas. Brotos da planta abóbora refogada: colhem-se as pontas frescas da abobreira, higieniza-as, corta-as em tiras e refoga-se em panela untada com banha de porco. Também foi feita, para acompanhar, uma salada de repolho e alface. Para o preparo das receitas, contou-se com o auxílio da merendeira que é indígena. Os alimentos utilizados para as preparações são oriundos de produtores da agricultura familiar, exceto a carne de porco, o caraguatá e a farinha de trigo. Os alunos participaram inteiramente das preparações juntamente com a nutricionista e a merendeira.

Dia 18 de abril, iniciou-se a organização da horta escolar e foi construído o canteiro com blocos de tijolos, cimento e areia. Para manter as verduras e

legumes protegidos de possíveis eventos climáticos desfavoráveis, foi feita uma armação de madeira para posteriormente ser colocado o sombrite. Neste dia houve a colaboração de alguns servidores da Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Cacique Doble.

Dia 20 de abril, foi realizada a limpeza do canteiro para a retirada de matos, adubação e preparação da terra. No dia seguinte, os alunos, auxiliados pela nutricionista, professoras e integrante da equipe da Secretaria de Educação, plantaram as mudinhas de repolho, alface, cenoura, beterraba e temperos verdes. Para a identificação das verduras, legumes e temperos, foram colocadas placas com o nome dos alimentos. Após o plantio, os alunos ficaram comprometidos a cuidar da horta, dando água para as mudinhas e vê-las crescer. Com isso, depois de colherem e consumirem será dado continuidade ao trabalho plantando outros alimentos.

Após um mês do final das atividades realizadas na escola, observou-se que os alunos se comprometeram definitivamente com o cuidado da horta. Lembravam a professora, todos os dias, que precisavam ir até lá para constatar se as plantinhas necessitavam de água. A motivação e alegria eram enormes quando viam que as mudinhas estavam crescendo, segundo relato da diretora da escola. Também foi relatado pelos pais, que os filhos pediam pelas hortaliças no almoço e para que a mãe fizesse o "bolo típico". Foi constatada *in loco* a alegria contagiante demonstra-

da pelas crianças, pois, ao chegarem à escola, se dirigiam primeiramente à horta.

O consumo de alimentos industrializados, como salgadinhos, doces e biscoitos por parte dos alunos diminuiu, segundo o relato da merendeira que acompanha não só na escola, mas também no dia a dia da comunidade indígena.

Manter um ambiente escolar bem ornamentado e atrativo principalmente no espaço externo, no que diz respeito à horta escolar, certamente estimulará os alunos a terem prazer por uma alimentação mais saudável, além de considerar que é na escola que eles passam a maior parte do seu dia, devendo esse ser um ambiente agradável e saudável, que gere bem estar a todos os envolvidos.

Desse modo, concluiu-se que, com a realização das atividades, conseguiu-se atingir o objetivo proposto, resgatando a cultura indígena, mostrando os benefícios desses alimentos e preparações; bem como houve a diminuição do consumo de alimentos industrializados, uma vez que as próprias crianças e seus pais participaram do preparo dos pratos típicos valorizando a cultura local.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PROL DE UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE TURUÇU - RS

MUNICÍPIO DE TURUÇU

PATRICIA MACHADO DA SILVA LANGE

Por meio dos dados obtidos nas avaliações antropométricas realizadas anualmente pela nutricionista com os alunos da rede municipal de ensino, percebeu-se um índice elevado de crianças e adolescentes com risco de sobrepeso e obesidade. Por meio de relatos obtidos nas orientações nutricionais realizadas com os alunos e seus pais, observou-se a necessidade de mudar alguns hábitos alimentares incorretos que poderiam causar danos à saúde.

Diante da situação-problema constatada, viu-se a necessidade de criar meios para mudar a realidade nutricional dos alunos da rede municipal por meio das refeições servidas nas escolas e também com ações que os estimulassem a terem hábitos alimentares mais saudáveis e com isso melhorar a qualidade de vida desta clientela.

Dessa forma, para desenvolver as ações e atingir o objetivo traçado, acionamos como parceiros a EMATER, servindo de articuladora entre a entidade executora e os agricultores familiares; cooperativas e agroindústrias locais; a agricultura familiar, a fim de atender o PNAE de Turuçu; direções de escolas municipais, para auxiliar na conscientização dos professores, funcionários, merendeiras, pais e alunos sobre a importância de utilizar o espaço da escola para ensinar a respeito da alimentação saudável e seus benefícios para a saúde; o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), para junto com a nutricionista fiscalizar o PNAE e as ações desenvolvidas para melhorar a condição de saúde dos alunos da rede municipal.

As merendeiras, para que compreendam a importância de suas funções, melhorar os hábitos alimentares inadequados dos alunos e auxiliar no propósito das ações por meio da preparação de refeições nutritivas e saborosas; a nutricionista, para aproveitar da melhor forma os gêneros adquiridos da agricultura familiar e de outros fornecedores na elaboração de cardápios saborosos e nutritivos, conscientizar as escolas da importância da alimentação saudável e ensinar os alunos por meio de trabalhos de Educação Alimentar e Nutricional; os pais de alunos, para que auxiliem no cumprimento das regras de alimentação determinadas pelas escolas a fim de mudar os hábitos alimentares inadequados; e os professores, para que junto com a nutricionista aproveitem o espaço da sala de aula para educar os alunos sobre a importância da alimentação na saúde das pessoas.

É importante mencionar que o público-alvo das ações foram os estudantes, mas por meio dos trabalhos realizados conseguiu-se atingir indiretamente os pais, os professores e demais funcionários das escolas que entenderam a importância de se ter uma alimentação saudável não só dentro das escolas, mas para a vida.

Em 2009, com o art. 14 da Lei nº 11.947/2009, houve a possibilidade de tornar a execução das ações mais efetivas, pois, para atender a essa exigência, foi necessário

Município de Turuçu

- 3.585 habitantes
- 782 alunos no município
- 2 escolas no município
- R$ 68.940,00 repassados em 2016
- R$ 39.755,25 executados em 2016
- 15 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

57,67%

mobilizar uma série de parceiros. No início, com a ajuda da EMATER-RS/ASCAR de Turuçu e a participação em reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural, conseguimos mobilizar os agricultores familiares locais para atender a demanda da alimentação escolar do município e ao mesmo tempo cumprir com o que a lei determinava. A partir desse momento, foi possível ofertar refeições mais adequadas nutricionalmente, com produtos variados, aumentando a ingestão de frutas, verduras, legumes e outros alimentos.

Com a melhoria dos cardápios ofertados na alimentação escolar, também foi possível dialogar com as direções das escolas, com os funcionários, com as merendeiras, com os pais de alunos, com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e com os professores para que juntos tentássemos mudar os hábitos alimentares inadequados dos alunos, por meio de trabalhos de educação alimentar e nutricional e também por meio de outras ações como, por exemplo: criação de regras de alimentação nas escolas e nas cantinas escolares.

Após muito diálogo, estamos conseguindo trabalhar em parceria para que sejam ofertadas refeições escolares mais nutritivas e saudáveis e ao mesmo tempo também seja trabalhado o tema alimentação saudável em sala de aula,

para atingir os objetivos traçados.

Sendo assim, a nutricionista realiza palestras sobre alimentação saudável, ensinando a importância e a função dos nutrientes na saúde das pessoas, a fim de evitar doenças como: diabetes, obesidade, hipertensão, cardiopatias, dislipidemias, anemia, entre outras relacionadas aos hábitos alimentares inadequados.

Foi necessário muito diálogo para que conseguíssemos manter até o presente momento todas as ações já citadas. Todos os anos a nutricionista realiza o trabalho de Educação Alimentar e Nutricional com os alunos por meio de palestras e aulas práticas, e os próprios professores desenvolvem projetos em relação ao tema aproveitando os alimentos para trabalhar outras matérias do currículo. As regras em relação ao lanche trazido pelos alunos e aos alimentos vendidos na cantina continuam sendo mantidas. Os parceiros continuam atuando para que a alimentação escolar seja cada vez melhor e mais nutritiva auxiliando na prevenção e no tratamento de doenças relacionadas à alimentação incorreta. Observa-se também que, com o passar dos anos, mais agricultores familiares se interessam em ofertar seus produtos para atender à demanda do PNAE de Turuçu e de municípios vizinhos.

CHAMADA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - MG

“À medida que os fornecedores são contratados para atender determinado(s) grupo(s), eles têm a opção de entregar qualquer um dos itens que compõe o grupo, no preço estabelecido para cada alimento.”

VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

INGRIDY SCHIMITE FOGAÇA DE LIMA

Antigamente, a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar era muito limitada em nosso município, pois os agricultores não tinham conhecimento e orientação em relação à venda para o PNAE. Eram três agricultores e uma cooperativa fornecendo apenas um produto. Tanto o setor de compras da prefeitura como os agricultores não tinham conhecimento de como deveriam ser estipulados os valores dos produtos. A Entidade Executora acreditava que, por ser da agricultura familiar, o preço deveria ser menor que os praticados pelos mercados locais e isso inviabilizava a participação dos agricultores.

Uma sucessão de problemas estava se instalando, pois não tínhamos variedade de produtos e poucos agricultores participavam do PNAE. Não poderíamos deixam esse problema evoluir, uma vez que nosso município é essencialmente agrícola e faltava organização para atingirmos os objetivos de aumentar a compra e diversificar os produtos oferecidos nas escolas.

Assim, focamos em melhorar a aquisição de produtos da agricultura familiar envolvendo um maior número de agricultores e incentivando a produção de alimentos, a fim de colaborar para o crescimento econômico local. Fomos em busca de informações e, adquirindo conhecimento, contamos com o auxílio da assistência técnica e extensão rural do município que, juntamente com a nutricionista e Secretaria de Agricultura, mobilizaram os agricultores interessados em reuniões periódicas, estimulando-os a participar do Encontro

Município de Petrolândia

- 6.021 habitantes
- 1.041 alunos no município
- 7 escolas no município
- R$ 64.020,00 repassados em 2016
- R$ 45.395,25 executados em 2016

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

70,91%

Estadual de Alimentação Escolar. Foi assim que os agricultores se familiarizariam com o Programa.

Realizamos reuniões com o setor de compras, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Educação, extensão rural e agricultores, enfim, articulamos todos os setores envolvidos e repassamos os pontos de acordo com a Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE, sendo o principal público-alvo os agricultores.

Após os cursos, reunimos seis agricultores e dois representantes de cooperativas, e a partir desse encontro verificamos os produtos disponíveis para inclusão na Chamada Pública do ano de 2016. Os preços foram pesquisados de acordo com a Resolução, tornando-se atrativo para os agricultores. A EPAGRI, como empresa de assistência técnica, auxiliou no plantio e nas orientações técnicas, além de ter sido uma grande parceira na realização de nosso objetivo. Conseguimos mobilizar cinco agricultores do nosso município e mais duas cooperativas da nossa região. Diversificamos a oferta de alimentos produzidos por nossos agricultores, valorizando a agricultura local, incentivando-os a plantar mais alimentos que tabaco, e garantindo assim produtos de qualidade para os alunos.

Eis a descrição das etapas: identificação do problema; decisão de mobilizar todos os setores (Secretaria de Educação, agricultura, assistência técnica, setor de compras, agricultores); reuniões com o público-alvo (agricultores) para explicações sobre o funcionamento do programa, além da participação dos mesmos em eventos estaduais; adequação dos valores e aumento da diversidade de produtos solicitado na Chamada Pública; aquisição de produtos

de qualidade com preço adequado para o agricultor.

E foi assim que, em 2016, conseguimos atingir um percentual acima de 60% do estipulado para aquisição de produtos da agricultura familiar, diversificando a oferta de alimentos a qual passou de 15 para 25 itens adquiridos, dentre eles: filé de tilápia, suco de uva concentrado orgânico, biscoito caseiro de cenoura, doce de frutas da estação, beterraba, espinafre, macarrão caseiro, frutas como morango e tangerina, alho-poró, batata-doce, mandioquinha, salsa, batata-inglesa e mais uma grande variedade de vegetais.

Mantemos os agricultores envolvidos em ações do PNAE por meio de visitas dos escolares em suas propriedades, como prática de Educação Alimentar e Nutricional, bem como a presença dos agricultores em reuniões para o repasse de informações sobre o Programa.

Proporcionar ao agricultor a troca de experiências e conhecimentos técnicos e relacionados à gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar é de suma importância, por isso, viabilizamos e incentivamos a presença dos agricultores no Encontro Catarinense de Alimentação Escolar realizado pelo (CECANE - SC), pois eles se sensibilizam com a troca de experiências, aumentando a qualidade dos produtos oferecidos e melhorando o seu engajamento em relação à alimentação escolar. Formar, capacitar e envolver os agricultores em eventos de maneira periódica contribui muito para melhoria da execução do PNAE.

> Em nosso município percebemos que a capacitação dos agricultores, melhorou a oferta em quantidade, variedade e qualidade de alimentos para a Alimentação Escolar.

Desse modo, a expectativa é de aperfeiçoar o atendimento e apresentar um diferencial na oferta de alimentos da agricultura familiar para Alimentação Escolar petrolandense.

EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

SEDUC

ANDRÉA BRUGINSKI
ANGELITA AVI PUGLIESI
FERNANDA BRZEZINSKI DA CUNHA

A inserção obrigatória de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir da Lei Federal nº 11.947/2009, trouxe significativas mudanças na execução do programa, principalmente nos estados, visto que até então se entendia impossível tal aquisição.

O início do processo exigiu muita discussão e criatividade, começando na elaboração dos editais, os quais não eram aprovados ou entendidos pelas áreas jurídicas da entidade executora, isto porque a Chamada Pública difere do procedimento licitatório nos moldes da lei de licitações, Lei nº 8.666/93, e gerava muitas dúvidas no departamento jurídico no sentido de como tratá-la – por vezes o edital saiu como dispensa de licitação, e em outras, como inexigibilidade.

Além da nova forma de se adquirir alimentos, outro desafio era o mapeamento de produção de um estado com 399 municípios, com as mais variadas tradições alimentares e diferentes climas e perfis produtivos. Tinha-se como referencial positivo o fato de o Paraná possuir um alto percentual de agricultura familiar - dos 371.063 estabelecimentos rurais, 82% são da agricultura familiar[1]. A grande questão era como definir quais alimentos seriam comprados, em qual período, e como gerir a ampla diversidade de opções. Neste quesito estruturou-se a compra segmentando os produtos em grupos de alimentos, entendendo que não se comprariam itens, mas sim "grupos", permitindo assim que cada perfil produtivo se adequasse ao fornecimento conforme o grupo de alimento contratado.

Sanada essa questão conceitual, permanecia ainda o maior dos desafios: como selecionar e contratar o fornecimento de alimentos de mais de 20 mil agricultores familiares, com as mais variadas ofertas e perfis produtivos.

Nesse âmbito foi proposta a criação de um módulo para a Agricultura Familiar no Sistema Eletrônico Merenda, que faz a gestão de todo o Programa no Paraná. O módulo foi configurado de forma a centralizar o cadastro de todas as entidades representativas da agricultura familiar – associações e cooperativas, oferta de produtos, e em que municípios e escolas desejariam entregar. O próprio Sistema calcula as quantidades, tendo como base o *per capita* de cada grupo de alimentos, multiplicado pelo número de alunos e semanas letivas. Após o cadastro e geração de propostas de venda, o Sistema também efetua a classificação e registra a habilitação dos proponentes.

SEDUC

11,08 milhões de habitantes

1.127.694 alunos no município

2.147 escolas no município

R$ 71.625.460,00 repassados em 2016

R$ 23.353.929,78 executados em 2016

22.000 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

32,61%

[1] BISCHOF, Mary Stela. *A construção social de mercados nos centros de comercialização permanente da agricultura familiar do estado do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

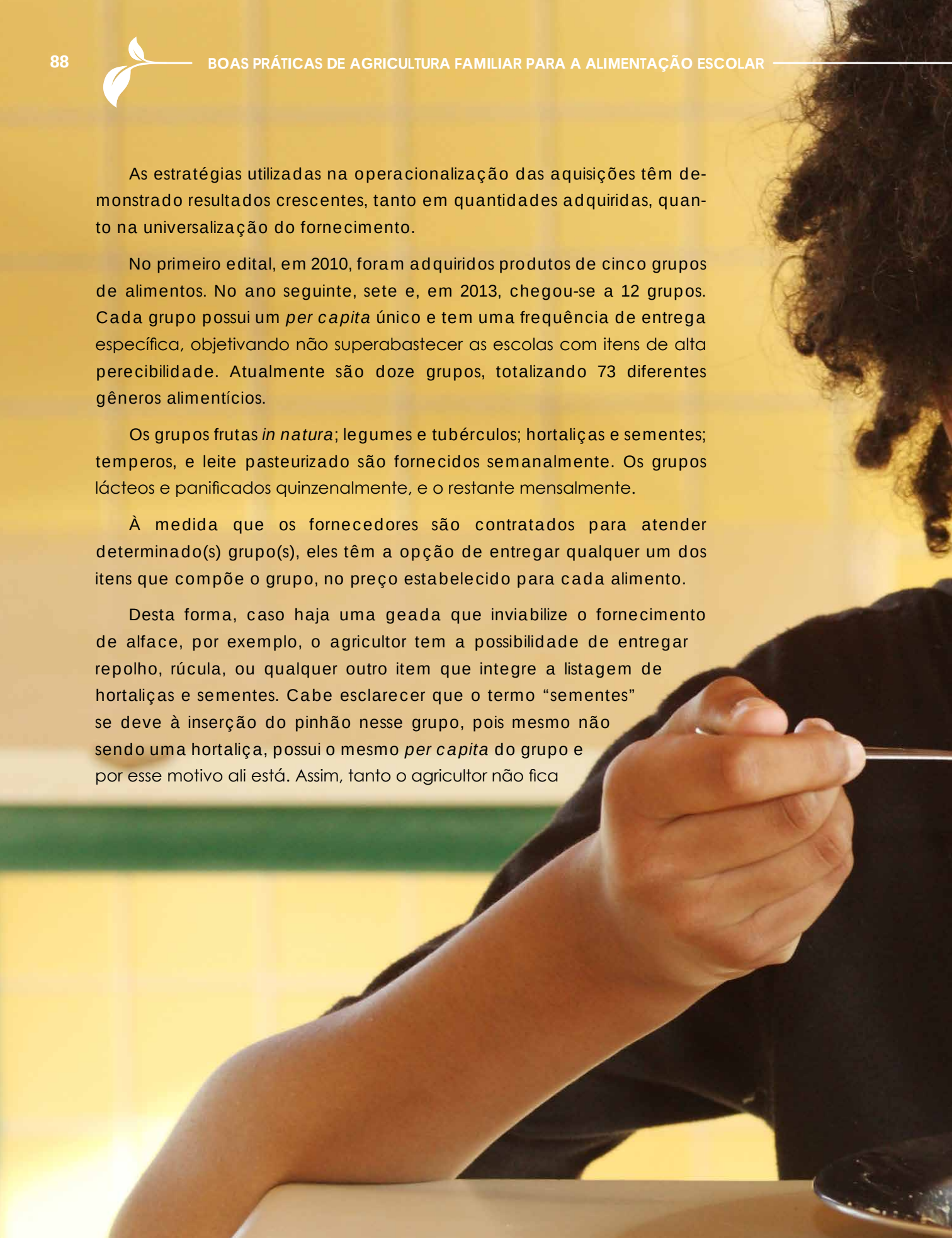
As estratégias utilizadas na operacionalização das aquisições têm demonstrado resultados crescentes, tanto em quantidades adquiridas, quanto na universalização do fornecimento.

No primeiro edital, em 2010, foram adquiridos produtos de cinco grupos de alimentos. No ano seguinte, sete e, em 2013, chegou-se a 12 grupos. Cada grupo possui um *per capita* único e tem uma frequência de entrega específica, objetivando não superabastecer as escolas com itens de alta perecibilidade. Atualmente são doze grupos, totalizando 73 diferentes gêneros alimentícios.

Os grupos frutas *in natura*; legumes e tubérculos; hortaliças e sementes; temperos, e leite pasteurizado são fornecidos semanalmente. Os grupos lácteos e panificados quinzenalmente, e o restante mensalmente.

À medida que os fornecedores são contratados para atender determinado(s) grupo(s), eles têm a opção de entregar qualquer um dos itens que compõe o grupo, no preço estabelecido para cada alimento.

Desta forma, caso haja uma geada que inviabilize o fornecimento de alface, por exemplo, o agricultor tem a possibilidade de entregar repolho, rúcula, ou qualquer outro item que integre a listagem de hortaliças e sementes. Cabe esclarecer que o termo “sementes” se deve à inserção do pinhão nesse grupo, pois mesmo não sendo uma hortaliça, possui o mesmo *per capita* do grupo e por esse motivo ali está. Assim, tanto o agricultor não fica



sem fornecer o produto, quanto o aluno não fica sem o alimento daquele grupo em seu cardápio.

Os grupos que possuem maior oferta em todo o estado são as frutas *in natura*; legumes e tubérculos; hortaliças e sementes; temperos; panificados e sucos, chegando, em alguns casos, a 100% dos municípios. Os outros grupos são mais regionalizados, representando no máximo 30% dos municípios atendidos.

Sistema Eletrônico Merenda

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná efetua Chamadas Públicas desde 2010 para a seleção de fornecedores da agricultura familiar para atendimento ao PNAE. Desde a primeira Chamada, utilizou-se do Sistema Eletrônico para registrar o cadastro de associações e cooperativas e o projeto de venda, bem como a aquisição por grupos de alimentos.

A utilização do Sistema Eletrônico é o responsável por viabilizar as aquisições que o estado executa, visto que basta a cooperativa ou associação cadastrar dados iniciais (razão social, CNPJ, endereço, listagem de DAPs Familiares com o endereçamento, certidões de orgânicos), alimentos que pretende fornecer e escolher em quais municípios deseja ofertar.

A partir desse cadastro, o próprio sistema gera a Proposta de Venda, utilizando como base o número de alunos por escola e o *per capita* cadastrado por grupo.

Após o prazo de propostas, o Sistema ainda gera a classificação dos proponentes, considerando os critérios previstos na legislação do PNAE.

Um diferencial que foi implantado na Chamada Pública nº 001/2017, foi a padronização da caracterização de local. Para tanto, assentado, indígena ou quilombola, e/ou orgânico, os proponentes devem possuir 50%+1% de DAPs Familiares no local; ou como assentado ou indígena ou quilombola, e/ou produtor orgânico. A partir desse padrão, definiu-se uma pontuação para cada critério, que ao final é somado, integrando todas as características previstas em lei. Em caso de empate, utiliza-se o percentual de DAPs Familiares em relação ao total de cooperados ou associados, conforme preconiza a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Desta forma o processo de classificação ficou ainda mais transparente e ágil.

A utilização de grupos para a aquisição de gêneros da agricultura familiar, bem como o Sistema Eletrônico têm demonstrado impacto positivo no crescimento das aquisições, que teve início em 2011 com 3,09 milhões de reais contratados, e tem variado em torno de 40 milhões.

A aquisição de orgânicos também aumentou até 2015, apresentando queda somente em 2016, em razão de inabilitação do maior fornecedor na região, fato que foi sanado pela cooperativa e deve ser retomado em 2017.

Em 2016 todos os municípios foram contemplados com o grupo sucos, permanecendo ainda em torno de 5% de municípios sem oferta dos grupos frutas, hortaliças, legumes ou temperos.

O número de associações e cooperativas fornecedoras do PNAE estadual tem sido de quase a totalidade das entidades existentes no Paraná, ou seja, o PNAE tem oportunizado de forma democrática o acesso à comercialização institucional dessa política.

O número de famílias beneficiadas com a comercialização institucional tem sido em torno de 20 mil, com resultados na melhoria da qualidade de vida dessas famílias, além dos desdobramentos econômicos no entorno das associações e cooperativas.

A ampliação da diversidade de itens, com a inserção de alimentos frescos, *in natura*, tem contribuído na variedade e aceitabilidade dos cardápios oferecidos aos alunos, muitos dos quais têm os próprios pais como agricultores fornecedores de suas escolas.

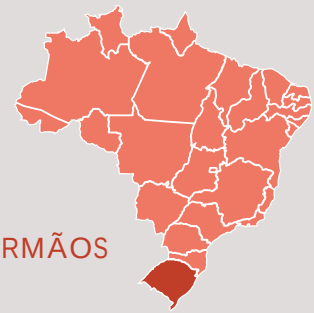
Ultrapassadas as dificuldades jurídicas, distâncias geográficas, dimensão do estado e processo de compra, pode-se dizer que esta já é definitivamente uma política de sucesso, com desdobramentos nutricionais, resgate de tradições alimentares, sociais, econômicas e, principalmente, de segurança alimentar e nutricional.

ABASTECIMENTO E LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO

MUNICÍPIO DE PAIÇANDU - PR

"O objetivo do projeto é oferecer aos alunos uma alimentação com mais qualidade e gerir recursos financeiros para a economia local. Os obstáculos identificados foram os seguintes: convencimento da gestão sobre o projeto; implantação da sala de manipulação; contratação de servidor para execução do trabalho; organização da logística do transporte da carne para as escolas e identificação de frigorífico para abate do animal."

AQUISIÇÃO DE CARNE DE GADO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS

ANA PAULA BUCHAIM GASSEN
FABIANE MÖLLER BORGES
HEITOR MENA BARRETO FILHO
PEDRO JOÃOZINHO BECKER

O município de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul possui 30.472 habitantes, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Censo Escolar, a rede pública de ensino possui 2.781 alunos. O município possui três escolas de Educação Infantil, nove escolas de Ensino Fundamental e o Centro Integrado de Educação Complementar das Escolas Municipais de Dois Irmãos – Projeto Global, contraturno, que possui 350 alunos.

Após a descentralização da gestão da alimentação escolar para o município, iniciaram discussões sobre a qualidade dos alimentos em virtude da baixa aceitabilidade e aproveitamento dos gêneros adquiridos. Havia limitações no processo licitatório que favoreciam apenas mercados varejistas e atacadistas, nem sempre comprometidos com a qualidade dos produtos. Antes de incluir a carne de gado na chamada pública, a compra era realizada por cortes.

Durante alguns anos, apareceu o mesmo proponente nos processos licitatórios. Muitas vezes, esse proponente era advertido em virtude de problemas com a qualidade do produto. Devido às reclamações advindas das escolas sobre as carnes entregues, a falta de fornecedores interessados em participar das licitações, o alto custo pago pelo produto, e ainda, o comprometimento com uma política de desenvolvimento local, o Conselho de Alimentação Escolar iniciou discussões em suas reuniões sobre o assunto.

Por meio das conversas, foi idealizada a possibilidade de comprar, dos produtores rurais do município, o animal vivo para o abate. Os produtores utilizariam um serviço de abate inspecionado e entregariam a carcaça num ponto de manipulação para desossa e distribuição nas escolas. Cabe destacar que o município é

responsável pela gestão da sala de manipulação e o pagamento para o agricultor ocorre após o abate, conforme rendimento de carcaça.

O objetivo do projeto é oferecer aos alunos uma alimentação com mais qualidade e gerir recursos financeiros para a economia local. Os obstáculos identificados foram os seguintes: convencimento da gestão sobre o projeto; implantação da sala de manipulação; contratação de servidor para execução do trabalho; organização da logística do transporte da carne para as escolas e identificação de frigorífico para abate do animal.

O projeto contou com o apoio da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, do Conselho de Alimentação Escolar, do Conselho da Agricultura Familiar, do Frigorífico Regional, do Projeto Global, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da EMATER/RS – ASCAR.

A iniciativa traz benefícios diretamente para os escolares e, consequentemente, para a equipe gestora, educadores, serventes e pais, já que existe a garantia da alimentação fornecida aos alunos. Os agricultores que fornecem os bovinos também são diretamente beneficiados, pois tem assegurada uma parte da renda familiar, e há também o fortalecimento da economia do município. Atualmente, há 24 agricultores envolvidos, além de suas famílias.

O projeto começou a ser discutido no ano de 2007 no Conselho de Alimentação Escolar. Em 2009, o Conselho formulou uma Proposta de Aquisição de carnes para a Alimentação Escolar Direto do Agricultor Local e apresentou para a gestão municipal, que aprovou a proposta. O Projeto incluía justificativa para a proposta, lista de possíveis agricultores fornecedores, sugestão de abatedouro, descrição do local de manipulação, custos de transporte, recursos humanos, quantidades necessárias e cálculo de custos. Com a aprovação, organizou-se a logística para a execução do programa e em 2010 o projeto foi implantado.

A sala de manipulação foi adaptada no Projeto Global, já que havia espaço disponível neste local. A sala conta com câmara fria, moedor de carne, facas, caixas

Município de Dois Irmãos

30.753 habitantes

3.559 alunos no município

19 escolas no município

R$ 417.240,00 repassados em 2016

R$ 297.888,00 executados em 2016

200 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

71,39%

térmicas, bancadas em inox, luvas de malha de aço, ar condicionado e balança. O serviço é realizado semanalmente por um açougueiro que é contratado pela prefeitura. O fluxograma realizado é o seguinte: o produtor rural transporta o animal vivo para o frigorífico para abate; por meio do transporte refrigerado, o frigorífico entrega as carcaças na sala de manipulação; após as carcaças serem desossadas na sala de manipulação, é realizado transporte em caixas térmicas para as escolas.

Algumas merendeiras da rede pública acompanharam a transição do processo de aquisição da carne de gado, por isso é imprescindível compartilhar o relato

delas. Cada merendeira será identificada pelo nome de uma flor, para não ter sua identidade revelada. A merendeira Rosa salienta que, anteriormente, os entregadores estavam seguidamente sujos e com um cheiro forte de carne. Por isso, para eliminar o cheiro, era necessário acrescentar muitos temperos naturais. Desde que a carne começou a ser fornecida pelo agricultor, a qualidade melhorou.

A merendeira Margarida ressalta que quando a carne era adquirida por licitação, tinha cheiro forte e muita gordura. Após a aquisição pela chamada pública, a carne chega fresca, sem gordura, cheiro agradável e aparência saudável. A merendeira Orquídea destaca que a carne, não só, era de péssima qualidade, como

MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS - RS

também, o transporte era inadequado, as embalagens de plástico não possuíam as informações adequadas. Após a aquisição por meio do agricultor, a carne chega fresquinha, embalada em saquinho transparente, a cor é vermelha, o cheiro é muito bom e é bem aceita pelos alunos.

A efetivação da compra de alimentos para o Programa de agricultores proporcionou mudanças nas práticas alimentares. Nessa questão, o depoimento das merendeiras não deixa dúvidas, já que elas atestaram melhor qualidade, comprovando maior aceitação e consumo por parte dos alunos.

A revisão da qualidade dos alimentos oferecidos propiciou a aceitabilidade, seja pela melhora organoléptica seja pela revisão das questões valorativas. Um alimento servido na escola, consumido e apreciado pelos colegas modifica as concepções e valorações daquele gênero que até então era desconsiderado e desqualificado. Além dos apontamentos realizados pelas merendeiras, é possível destacar os seguintes benefícios para a alimentação escolar do município: organização e inclusão da agricultura familiar; erradicação da brucelose e tuberculose bovina por meio de inspeção municipal; melhora da aceitabilidade da alimentação escolar e reconhecimento da comunidade escolar da qualidade do Programa de Alimentação Escolar.

ABASTECIMENTO, LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO: UMA AÇÃO QUE DEU CERTO!

MUNICÍPIO DE FELIZ

NÚBIA HILGERT

O município tem um setor primário com mais de 720 propriedades rurais, totalizando uma área de 4.850 hectares, onde se cultiva, principalmente, hortifrutigranjeiros como o tomate, alface, pimentão e pepino, além de frutas como o morango, bergamota, figo, goiaba e amora.

As frutas, as verduras e os legumes são fornecidos, em sua totalidade, por um grupo informal do município, composto por sete agricultores que residem em localidades do interior. O grupo possui um líder entre os sete integrantes, o qual é o responsável por recolher e distribuir os produtos dos demais todas as terças-feiras, quando os produtos são entregues nas treze escolas, incluindo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A entrega dos produtos da agricultura familiar ocorre de forma ágil e cuidadosa, garantindo sempre a qualidade.

A distribuição é iniciada e finalizada no mesmo dia, garantindo, com isso, a entrega de produtos frescos e sem machucados, porém, se ocorrer algum dano aos produtos ou o mesmo não esteja com a qualidade exigida no edital da chamada pública, o agricultor é contatado e, sem exceção, as trocas são realizadas na mesma semana. O pedido de troca é realizado pela própria escola e repassado também à nutricionista, garantindo o controle de todo o processo.

Município de Feliz

- 13.273 habitantes
- 1.201 alunos no município
- 12 escolas no município
- R$ 160.060,00 repassados em 2016
- R$ 79.556,91 executados em 2016
- 50 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

49,70%

O contato entre o agricultor responsável pela distribuição, nutricionista e merendeiras é muito próximo, proporcionando maior comunicação e organização das entregas. Como os produtos podem sofrer com problemas decorrentes do mau tempo e outras situações, semanalmente as entregas são reorganizadas e confirmadas, via e-mail e contato telefônico, sendo a consequência desse contato frequente, a qualidade da alimentação escolar fornecida aos alunos.

Além disso, sempre que uma inovação é realizada no cardápio, como a necessidade de introdução de uma fruta, verdura ou legume diferenciado, o setor de nutrição entra em contato com o agricultor responsável pela distribuição, que sabe exatamente quais os produtos podem ser acrescentados de acordo com a safra local.

Para que a logística começasse a ocorrer dessa forma, foram necessárias muitas reuniões e capacitações com os agricultores e as merendeiras. Nesses momentos, as funcionárias são capacitadas quanto à maneira correta de verificar os produtos e no trato com o agricultor. Já nas reuniões com o agricultor, são explicados os cuidados com o transporte e a qualidade esperada dos produtos que são entregues, dessa forma, não ocorrem distorções nas informações, pois todos os envolvidos no processo sabem exatamente o que devem esperar dos produtos fornecidos.

Além disso, a entrega padronizada todas as terças-feiras foi conquistada depois de muitas conversas com todos os agricultores para que os produtos estejam

prontos para o recolhimento e distribuição na data estipulada. Caso algum produto não esteja apto para consumo naquela semana, as substituições também são programadas com antecedência para não interferir no valor nutricional do cardápio.

Atualmente, são realizadas duas chamadas públicas no ano, uma no início e outra em julho, e depois de anos de muita comunicação e, principalmente, entendimento das reais necessidades da alimentação escolar e da agricultura familiar, todo o processo de abastecimento, logística e distribuição ocorre de maneira bem padronizada. Cada integrante do processo (merendeiras, direção, nutricionista e fornecedores) sabe de suas responsabilidades e como agir em todas as situações.

Dessa forma, a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, proporciona, a cada semestre, mais qualidade, além do consumo de frutas, verduras e legumes que é diário, e a quantidade que está acima do exigido pela Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, que orienta a oferta de no mínimo 200 g de frutas e hortaliças na semana.

Por tudo isso, produtos industrializados foram reduzidos significativamente e continuam sendo reduzidos a cada nova chamada pública, dando espaço a produtos naturais, ricos em nutrientes e variados, produzidos no próprio município, incentivando assim, cada vez mais agricultores a se articularem em grupos para produzir os alimentos locais necessários para proporcionar aos alunos do município uma alimentação escolar com muita qualidade, principalmente sem a utilização de agrotóxicos.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIA QUE DEU CERTO

MUNICÍPIO DE GAURAMA

ALÍSSIA BARBERINI

ELISETH PASQUALI ROSSET

Com a publicação da Lei n° 11.947, de 16 de Junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar para alunos de educação básica, o município necessitou se adequar para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa. Inicialmente, o município contava com poucos agricultores familiares e os poucos que existiam não possuíam uma estrutura adequada para a produção e comercialização dos alimentos. A logística de distribuição era organizada em forma de entrega em um único local, sendo os alimentos separados e posteriormente entregues nas escolas, chegando, muitas vezes, mais tarde que o esperado, dificultando o cumprimento do cardápio.

O principal objetivo da iniciativa de aperfeiçoar o abastecimento de produtos da agricultura familiar foi o de aproveitar a vocação agrícola do município para introduzir alimentos tradicionalmente produzidos regionalmente na alimentação escolar.

> Além disso, houve melhora na organização das entregas dos gêneros alimentícios e otimização na logística de distribuição dos alimentos no Programa.

O principal obstáculo encontrado foi referente à adequação dos agricultores em atender às exigências higiênico-sanitárias. Assim, foi necessário o acompanhamento da equipe da vigilância sanitária para verificar e monitorar o atendimento de tais exigências. Outro obstáculo presente foi a logística de entrega dos produtos. Foi necessário criar uma estratégia em que os gêneros alimentícios fossem entregues corretamente e em tempo hábil para garantir o cumprimento do cardápio e os alimentos não ficarem muito tempo em estoque.

A Vigilância Sanitária, a EMATER/RS – ASCAR e a Secretaria de Agricultura

do município foram as entidades que auxiliaram na execução das ações e no cumprimento dos objetivos propostos.

A EMATER/RS – ASCAR ajudou a reconhecer os possíveis agricultores que poderiam fazer parte do grupo fornecedor de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Além disso, a entidade contribui semestralmente com as pesquisas de preço que devem ser feitas para a chamada pública, e também na composição dos projetos de venda da agricultura familiar.

A Vigilância Sanitária e a Secretaria de Agricultura auxiliaram realizando visitas aos agricultores e orientando quanto a aspectos higiênico-sanitários e de produção. A Vigilância Sanitária, como está em constante contato com os agricultores, repassa orientações para otimizar suas produções e requerer questões higiênico-sanitárias, auxiliando para que os gêneros alimentícios que compõem a alimentação escolar possam ser mais seguros do ponto de vista higiênico.

Desta forma, o público diretamente atingido pelas ações realizadas foram os agricultores que fornecem gêneros alimentícios para alimentação escolar, pois puderam melhorar os processos de produção e comercialização dos seus produtos, assim como inovaram na elaboração de novas preparações para comercialização. Indiretamente, a população geral do município também pôde ser beneficiada com a iniciativa, pois os mesmos agricultores que fornecem alimentos para alimentação escolar comercializam seus produtos na Feira da Agricultura Familiar do município.

Inicialmente, foram mapeados os agricultores e a produção, e definidos os produtos que poderiam fazer parte das Chamadas Públicas para alimentação escolar. Esse trabalho foi realizado com auxílio da Emater/Ascar, entidade que está em constante contato com a agricultura familiar do município. Em seguida, iniciaram-se os trabalhos quanto ao acompanhamento da infraestrutura física em que os agricultores familiares preparavam ou produziam os alimentos. Essas visitas ainda são realizadas, envolvendo Vigilância Sanitária, nu-

Município de Gaurama

5.878 habitantes

438 alunos no município

5 escolas no município

R$ 42.020,00 repassados em 2016

R$ 36.894,25 executados em 2016

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

87,80%

tricionista e Conselho de Alimentação Escolar.

Com os agricultores que já forneciam para alimentação escolar, verificou-se que, para alguns, havia a possibilidade de expandir a comercialização da sua produção e, assim, de sete agricultores que, em 2011 forneciam 11 produtos, estamos em 2016, com oito agricultores e foi possível adquirir 20 produtos da agricultura familiar.

Em relação às entregas que anteriormente eram realizadas em uma sala específica localizada na Prefeitura Municipal e todos os produtos eram recebidos e posteriormente distribuídos às escolas, passamos, como forma de organizar a logística, a realizar a entrega dos produtos diretamente nas escolas. Iniciou-se pela entrega do leite integral pasteurizado e, posteriormente, das bolachas caseiras. Atualmente, 95% dos produtos são entregues diretamente nas escolas localizadas no centro da cidade, ficando na Prefeitura somente os gêneros alimentícios destinados às duas escolas do interior, as quais também seguem os cronogramas de entrega.

Atualmente, o município conta com quatro escolas e a alimentação escolar se estende também para uma escola filantrópica, totalizando em torno de 500 alunos atendidos. Referente ao valor gasto com os produtos adquiridos da agricultura familiar, é contabilizado 81% do recurso financeiro repassado pelo FNDE nessa aquisição. Os alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar são utilizados diariamente no cardápio da alimentação escolar, pois vão desde produtos básicos, como: leite, manteiga, farinha de milho, farinha de trigo integral e saladas, até produtos elaborados como: bebida láctea, doce de leite, queijo mussarela, bolacha caseira simples e glaceada, massa caseira espaguete e fina, panqueca e pão de cachorro quente.

Os locais em que os agricultores produzem e preparam os alimentos são acompanhados por meio de visitas periódicas, realizadas pelo pessoal da Vigilância Sanitária, Secretaria de Agricultura, nutricionista, Conselho de Alimentação Escolar e equipe da EMATER/RS – ASCAR. Essas visitas visam acompanhar o ambiente de trabalho dos agricultores.

Quanto à forma de entrega, atualmente as merendeiras fazem um pedido mensal dos produtos da agricultura familiar e repassam para a nutricionista responsável que, por sua vez, monta uma planilha de entrega desses produtos, seguindo o cardápio elaborado. Para as escolas que estão situadas na cidade, os agricultores fazem a entrega diretamente nas cozinhas das escolas; para as escolas do interior, os mesmos fazem a entrega na Prefeitura Municipal, ficando a cargo da

nutricionista fazer a entrega dos produtos, que já vêm separados por escola.

Como forma de auxiliar na conferência, as escolas recebem as listas dos produtos que serão fornecidos durante o mês. Dependendo do produto, a entrega é programada semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, levando sempre em consideração a preparação que consta no cardápio.

Dessa forma, percebeu-se que as alterações realizadas na forma de entrega dos produtos foram importantes para o recebimento de gêneros mais frescos, pois a entrega é retirada do estoque central e encaminhada diretamente para as escolas, prezando assim pela conservação dos mesmos.

Com essa prática, a alimentação escolar pôde contar com produtos da agricultura familiar, estimulando a produção local, que recebe orientações e monitoramento por meio das visitas regulares.

Fotógrafo: Philipe Moacyr

"Após esse levantamento, os agricultores interessados foram convidados para uma reunião na qual tomaram conhecimento da proposta do Programa e como seria seu desenvolvimento. Na ocasião, foi apresentado o cardápio elaborado pela nutricionista da coordenação de alimentação escolar, ressaltando que o mesmo poderia ser enriquecido com outros alimentos que fossem adequados a uma alimentação saudável, caso houvesse produção desses alimentos."

INTERSETORIALIDADE

EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS DE CONCEIÇÃO DOS OUROS - MG: ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E ACESSO AO PNAE

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ADELIANA DE CASTRO CARVALHO
ALINE OLIVEIRA GUIDIS KIELBLOCK
ALOÍSIA RODRIGUES HIRATA
ANGÉLICA MARIA DE CARVALHO DO PRADO
JERÔNIMO JOSÉ DE CARVALHO
LUIZ CARLOS DIAS ROCHA
MAURÍCIO EUCLIDES VIANA
RITA DE CÁSSIA LIMA FREITAS
ROMEU ROGÉRIO
VALDIRENE APARECIDA MACHADO DE PAULA

Embora o município de Conceição dos Ouros tenha uma forte expressão econômica e social com o cultivo da mandioca e o processamento do polvilho, foi identificado, pela EMATER – MG, que esses produtos vinham, aos poucos, sendo substituídos por outros alimentos como a batata e o trigo que, mesmo possuindo equivalência nutricional, não eram produzidos na região e não contribuíam para a geração de renda e para o desenvolvimento da economia local.

Devido à crescente implantação de indústrias de gesso, confecção e autopeças, o êxodo rural no município vem se intensificando a cada ano, atingindo, principalmente, as mulheres rurais, historica-

Município de Conceição dos Ouros

- 11.467 habitantes
- 1.243 alunos no município
- 7 escolas no município
- R$ 106.380,00 repassados em 2015
- R$ 46.108,66 executados em 2015
- 150 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2015:

43,34%

mente em posição de desigualdade nas relações de gênero, tão presente no meio rural. Assim, foi desenvolvido um projeto, em parceria com a EMATER, Prefeitura Municipal, IFSULDEMINAS e Associação de Produtores Rurais e Agroindústria de Conceição dos Ouros.

Esse projeto foi apresentado e aprovado pelo CNPq, para fortalecer, organizar e viabilizar ações para a produção de quitandas de mandioca e polvilho e inseri-las na alimentação escolar.

O projeto teve como objetivo promover a organização das mulheres rurais para fabricação de quitandas de mandioca e polvilho para a comercialização na alimentação escolar (PNAE).

As iniciativas foram no sentido de viabilizar ações de organização de mulheres rurais para fabricação de quitandas de mandioca e polvilho e, também, valorizar suas habilidades e competências na fabricação dessas quitandas. Dessa forma, promove-se um resgate da cultura alimentar, inserção de produtos na alimentação escolar, contribuindo com a segurança alimentar, integração das famílias rurais, fortalecimento da economia local, e inserção das mulheres rurais no acesso ao mercado por meio das políticas públicas.

Esse processo constitui um importante passo para o empoderamento das mulheres rurais, entendido, aqui, como “o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência de suas habilidades e competências para produzir, criar e gerar”.

Os maiores obstáculos estavam na dificuldade de organizar as mulheres ru-

rais, a falta de uma agroindústria comunitária e a falta de mercados para comercialização. Para essa parceria, foram acionados a EMATER; o IFSULDEMINAS; a Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros; a Associação de Produtores Rurais e Agroindústria de Conceição dos Ouros e, em especial, as agricultoras familiares.

Foi realizado um diagnóstico com as mulheres rurais para saber quais tipos de quitandas de polvilho e mandioca elas sabiam fazer. Identificou-se como potenciais para inserção na alimentação escolar: sequilho, biscoito de polvilho e pão de mandioca. Essas receitas sofreram adaptações e foram enriquecidas, do ponto de vista nutricional, com beterraba, cenoura e ora-pro-nóbis; ingredientes de baixo custo, baixa quantidade de carboidratos e ricos em vitaminas e minerais. Assim, os biscoitos enriquecidos foram inseridos na alimentação escolar.

Depois das etapas de escolha, teste, adaptação e padronização, as receitas foram desenvolvidas e comercializadas com os institutos e as prefeituras municipais, atingindo assim o público-alvo: os estudantes beneficiados pela alimentação escolar.

O domínio das técnicas culinárias, por parte dos pesquisadores do IFSULDEMINAS, foi fundamental para criação de receitas atrativas, saborosas, saudáveis e com ótima aceitação. A adaptação das receitas tradicionais, acrescentadas de vitaminas e minerais, atendeu às exigências em prol de uma melhor oferta nutricional, sensorial e melhor alimentação para o público-alvo.

As agricultoras familiares foram capacitadas para a produção dos alimentos, adaptando as receitas às novas instruções e aos novos métodos de produção. Para trabalhar de forma correta e favorecer o seu trabalho, a agroindústria passou por reforma adequando-se aos padrões exigidos pela legislação vigente. Para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi efetivada a comercialização com os Institutos Federais em Minas Gerais (*campi* Inconfidentes e Pouso Alegre) e Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros.

A situação atual da agroindústria "Quitandas de Ouros" é de superação de obstáculos. Para que as agricultoras familiares realizassem seu sonho e obtivessem sucesso, foi necessária a concretização de um trabalho árduo e insistente. As agricultoras familiares têm se empenhado muito na comercialização de seus quitutes, almejando a melhoria da qualidade de vida de suas famílias. Com o apoio da EMATER do município, Prefeitura Municipal, Associação de produtores rurais e agroindústria de Conceição dos Ouros e IFSULDEMINAS, as agricultoras familiares estão sendo apoiadas em todas etapas necessárias para realização e comercialização de seus produtos, por meio do incentivo, da capacitação, da facilitação no processo de legalização.

Hoje, as agricultoras familiares estão instruídas para a produção e comercialização de seus quitutes dentro dos trâmites legais. Com a implementação e inovação de seus produtos, nota-se um avanço na comercialização com a Prefeitura Municipal e IFSULDEMINAS (*campi* Inconfidentes e Pouso Alegre). Os problemas encontrados são normais dentro da atual política governamental, como a falta de equipamentos específicos, dificuldade na comercialização, mas as agricultoras familiares, com criatividade e força de vontade, têm inserido no comércio produtos nutritivos, saborosos e saudáveis. Espera-se ajuda para o término da montagem total da agroindústria, para atender e oferecer cada vez mais produtos dentro dos parâmetros exigidos, contribuindo na alimentação saudável do público-alvo: os estudantes.

PRÁTICAS INTERSETORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM FÊNIX – PR

MUNICÍPIO DE FÊNIX

PRISCILA RODRIGUES DE OLIVEIRA LISBOA

Eram duas as situações que se apresentavam no município e que necessitavam de mudanças, com vistas à melhoria na qualidade da saúde dos estudantes e das condições socioeconômicas dos produtores agrícolas locais: a alimentação escolar, oferecida nas escolas, antes do início da aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, baseava-se em produtos industrializados e com pouca disponibilidade de alimentos *in natura*. A agricultura familiar mostrava-se pouco desenvolvida, devido à falta de ações de políticas públicas que pudessem colaborar para que ocorressem formas mais eficientes de produção e comercialização dos produtos, o que também conduzia ao aumento do êxodo rural.

Assim, diante desses desafios, foram traçados objetivos a fim de implementar a aquisição dos gêneros alimentícios produzidos por produtores familiares locais para serem incluídos na alimentação escolar; e para promover a agricultura familiar no município por meio de ações voltadas para a valorização da produção local, tendo em vista a melhoria social e econômica dos produtores agrícolas.

Público acionado e público-alvo da iniciativa

Assim, acionamos nossos parceiros para dar início à execução das ações propostas, cumprindo os objetivos traçados que atenderiam a 526 alunos das escolas municipais. Foram eles: Secretaria da Agricultura; nutricionista do município, responsável pela alimentação escolar; Secretaria da Educação; Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER.

Inicialmente, por meio da Secretaria de Agricultura com a colaboração da EMATER e do Sindicato dos Trabalhadores, realizou-se um levantamento sobre o total de pequenos produtores locais, a fim de verificar o tipo de produção agrícola desenvolvida e o que poderia ser adquirido para a alimentação escolar.

Após esse levantamento, os agricultores interessados foram convidados para

uma reunião na qual tomaram conhecimento da proposta do Programa e como seria seu desenvolvimento. Na ocasião, foi apresentado o cardápio elaborado pela nutricionista da coordenação de alimentação escolar, ressaltando que o mesmo poderia ser enriquecido com outros alimentos que fossem adequados a uma alimentação saudável, caso houvesse produção desses alimentos. Seguiu-se, então, a adesão de poucos pequenos agricultores ao Programa.

A implementação da Lei nº 11.947/2009, que trata sobre o atendimento da alimentação escolar e vincula a agricultura familiar ao PNAE, iniciou-se em 2009 no município de Fênix - PR.

Foram realizadas visitas às propriedades dos responsáveis pela implementação do Programa e reuniões constantes com os produtores a fim de orientá-los sobre o processo de implementação da Lei no município e estimular o plantio (principalmente de maneira sustentável), a variedade na produção e ressaltar os benefícios que o Programa traria a todas as partes envolvidas.

A prefeitura também disponibilizou recursos financeiros para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas para ampliar a produtividade de alimentos. A nutricionista, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, realizou palestras com pais, alunos, professores e funcionários visando o reconhecimento do Programa e as vantagens que este traria na melhoria da alimentação servida e para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

As cozinheiras das escolas participaram de cursos de culinária para aprender receitas utilizando produtos da agricultura familiar a fim de melhorar a qualidade da alimentação servida aos alunos.

Os produtores que aderiram ao Programa passaram então a entregar à agricultura familiar: arroz, feijão, pão, macarrão, mel, almeirão, alfa-

Município de Fênix

- 4.898 habitantes
- 796 alunos no município
- 6 escolas no município
- R$ 42.740,00 repassados em 2016
- R$ 25.755,44 executados em 2016
- 74 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

60,26%

ce, brócolis, cenoura, acelga, pimentão, repolho, mandioca, cheiro-verde, limão, amendoim, morango, maracujá, banana, carne bovina, carne suína, milho-verde, batata-doce, abóbora madura, abobrinha-menina, couve-manteiga e ovos.

Inicialmente, era comprado o que eles tinham para vender e adaptado ao cardápio escolar, porém, com os incentivos, os produtores passaram a plantar uma variedade maior de alimentos.

A partir desta fase, outros agricultores, ao ver os vizinhos das propriedades ao redor plantando, colhendo, recebendo pelo produto vendido e melhorando suas finanças, sentiram-se estimulados a plantar também. Outra forma de geração de renda pela agricultura familiar no município ocorre por meio das feiras livres, nas quais os produtores comercializam o seu produto.

Além de receberem uma alimentação mais saudável, os alunos passaram a consumir produtos que já não faziam mais parte de sua rotina alimentar, pois mui-

tos produtos já não eram produzidos na região há muito tempo.

Também foi incluído no currículo das escolas temas sobre saúde, alimentação, desenvolvimento sustentável e agricultura, o que contribuiu para a formação da cidadania e de uma consciência crítica em relação ao assunto.

Nos dias de hoje, podemos contar com 16 agricultores, produtores da agricultura familiar, que obtiveram melhoria socioeconômica de suas famílias; diminuição do êxodo rural, retomada de tradições culturais alimentares, relação mais próxima entre nutricionista e produção, utilização de produtos na decoração da conferência de segurança alimentar e nutricional.

Os alunos, por sua vez, possuem uma alimentação escolar de boa qualidade, variedade no cardápio, participam de atividades de conscientização sobre a importância da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, retomando hábitos alimentares tradicionais.

AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: FOCO NA INTERSETORIALIDADE

MUNICÍPIO DE MACHADINHO

MELINA COPATTI

O município de Machadinho localiza-se na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul e com 58 anos de emancipação política, conta com população pouco inferior a seis mil habitantes. Sua base econômica é a agropecuária e, atualmente, o turismo está sendo desenvolvido devido às Thermas de Machadinho.

Com uma economia essencialmente agrícola, o município tem investido muito em agricultura, mais especificamente na agricultura familiar. A partir de 2009, por meio da Lei nº 11.947, que prevê a obrigatoriedade de aplicar pelo menos 30% dos recursos federais repassados ao município para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com gêneros alimentícios da agricultura familiar, os atores envolvidos com educação e agricultura iniciaram um processo de fortalecimento de vínculo entre estas duas secretarias.

Inicialmente, havia, de um lado, um grupo informal de agricultores buscando mercado para escoar seus produtos; de outro, o interesse da Secretaria de Educação em adquirir os produtos da agricultura familiar a fim de atender a legislação, ambos sem comunicação entre si.

Na alimentação escolar havia maior oferta de produtos industrializados e poucos alimentos produzidos localmente. Foi a partir desse momento que se iniciou um

Município de Machadinho

- 5.640 habitantes
- 627 alunos no município
- 4 escolas no município
- R$ 57.680,00 repassados em 2016
- R$ 57.458,71 executados em 2016
- 21 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

99,62%

processo de articulação entre a Secretaria de Educação, por meio da nutricionista, com a Secretaria de Agricultura e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), objetivando unir interesses comuns, de forma a atender a legislação, mas principalmente, melhorando de forma muito significativa a oferta alimentar nas escolas municipais.

Conforme foi ocorrendo a articulação entre os diversos setores envolvidos, um grupo foi formalizado e passou a se chamar Associação de Hortifrutigranjeiros e Agroindústrias Familiares de Machadinho (Hortiagro). Por meio desta associação, os agricultores conquistaram maior incentivo financeiro para o desenvolvimento de suas propriedades/produtos e maior visibilidade pela comunidade, com consequente agregação de valor aos seus produtos.

Atualmente a Hortiagro conta com um pavilhão construído especialmente para a realização das feiras agroecológicas. Nesses eventos os produtores são convidados a participar de todos os eventos realizados pela administração mu-

nicipal, integrando ativamente as atividades de Educação Alimentar e Nutricional realizada com os alunos e comercializando formalmente seus produtos, inclusive em outros municípios da região.

Em relação à alimentação escolar, os ganhos são ainda mais importantes, pois se desenvolveu ao longo desses anos todo um trabalho de conscientização, sendo que os próprios agricultores desempenham o papel de fiscalização uns dos outros, exigindo qualidade dos produtos, respeito e muito cuidado referente à utilização de agrotóxicos em geral, minimização de falhas ou atraso nas entregas e sempre procurando agregar diferentes gêneros alimentícios.

A alimentação escolar da rede municipal de educação tem sido privilegiada em contar com alimentos frescos, colhidos geralmente no mesmo dia do consumo, nas escolas. Atualmente os alimentos são adquiridos por chamada pública, de grupo formal, contando com vários itens: temperos, frutas, legumes e verduras diversos, feijão, batata doce, moranga – agroindústrias – pães, cucas, biscoitos caseiros, massas, tortéi, agnoline, ovos, açúcar mascavo, doce de frutas e mandioca.

Toda a parte de educação alimentar e nutricional, que se refere à agricultura familiar e agroindústrias, conta com visita dos alunos às propriedades rurais. Nessas visitas eles têm a oportunidade de conhecer o local, como e por quem são produzidos os alimentos que recebem na escola, despertando assim o interesse em experimentar alimentos que antes recusavam.

A nutricionista e equipe técnica da secretaria de agricultura e/ou EMATER e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) realizam visitas espo-

rádicas às propriedades, com o intuito de observar as formas de produção, auxiliando sempre que houver necessidade. Da mesma forma, nos treinamentos dos manipuladores de alimentos também são previstas algumas visitas às propriedades rurais e agroindústrias, favorecendo um contato direto entre os atores fundamentais da alimentação escolar e fortalecendo suas relações, além de oportunizar que ambos percebam a importância da qualidade dos produtos desde seu plantio até o momento de servir aos alunos.

Desde o início desta articulação intersetorial, e contando com o apoio bem participativo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), as Secretarias de Agricultura e Educação têm realizado reuniões mensais junto aos agricultores familiares, com a participação eventual da Vigilância Sanitária. Esses encontros acontecem nas propriedades dos associados ou na Sede da Hortiagro, conforme cronograma pré-estabelecido, e têm oportunizado muitas

conquistas aos agricultores, à comunidade escolar, e consequentemente a toda população machadinhense.

Para favorecer essa parceria entre educação e agricultores, a nutricionista coordena todo o trabalho e conta com uma participação bem efetiva do CAE, que se faz presente em todas as atividades desenvolvidas. Como resultado desse trabalho de quase oito anos, a administração municipal tem investido não apenas os 30% dos recursos da alimentação escolar em produtos da agricultura familiar, mas tem, nos últimos anos, ultrapassado a marca dos 80%.

Nos primeiros meses deste ano, o Programa já atingiu em torno de 79% dos recursos, com a expectativa de chegar aos 90% ao findar o ano letivo. Como continuidade deste trabalho, o grupo vem estudando formas de produção e certificação de produtos orgânicos para inserir na alimentação escolar e na feira agroecológica do município.

AÇÕES INTERSETORIAIS VALORIZAM O AGRICULTOR FAMILIAR E AMPLIAM A OFERTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NAS ESCOLAS

MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

AMANDA OLIVEIRA MARTINS
ANA PAULA BORBA SCUDIERI
ELSA SANTUCHI
JOSÉ DANIEL CHAGAS
NEY ALEIXO

O município de Quissamã possui 20.242 habitantes segundo o Censo 2010. Está localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro e possui área total de 712,86 km². O município tem forte tradição agrícola e sua agricultura remonta ao século XIX, quando houve a instalação e o desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar. No final da década de 1990, ocorreu o declínio da atividade canavieira com o fechamento de 23 indústrias na região, dentre elas a Usina Quissamã, em 2002.

Após esse longo período, e com o fechamento da Usina, os agricultores familiares tiveram que diversificar sua produção, surgiu a necessidade do Poder Público apoiá-los para promoção do acesso às políticas públicas com o intuito de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental, além do aumento de renda das famílias.

Ocorre que o sistema de produção vigente até então era historicamente ligado ao cultivo tradicional da cana-de-açúcar. Em resumo, houve um processo intenso de perda de conhecimento sobre o cultivo de culturas diversas e hortaliças, baseadas em formas de produção mais sustentáveis, além de dificuldades ine-

Município de Quissamã

- 23.535 habitantes
- 4.104 alunos no município
- 16 escolas no município
- R$ 360.760,00 repassados em 2016
- R$ 161.752,00 executados em 2016
- 50 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

44,84%

rentes a regularização fundiária das pequenas extensões de áreas das propriedades rurais. O objetivo da iniciativa foi, então, de proporcionar o acesso de agricultores familiares aos benefícios da Lei Federal nº 11.947/2009.

Diferentes obstáculos foram identificados para implementação da referida Lei, sejam relacionados aos agricultores (falta de documentação exigida, baixa produção e pouca diversificação de alimentos saudáveis que poderiam ser destinados ao Programa, além de baixa capacidade de organização), ou referentes à estrutura e à cultura institucional da Prefeitura (falta de diálogo e de trabalho conjunto entre Secretarias e desconhecimento do Programa, entre outros).

Para superação gradativa dos obstáculos, um fator foi fundamental: a intersetorialidade, reconhecida como alternativa estratégica para o planejamento da produção, entrega dos produtos pelos agricultores e ação conjunta de diferentes setores da Prefeitura.

Desta forma, os obstáculos vão sendo superados a partir de ações interseto-

Fotógrafo: Phillipe Moacyr

riais articuladas entre as Secretarias de Educação (SEMED), de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca (SEMAP) e de Desenvolvimento Econômico (SEMDE).

A SEMED, via equipe de Nutrição Escolar, define o cardápio e a distribuição dos recursos financeiros destinados ao Programa, baseado num levantamento previamente preparado pelos técnicos da SEMAP, em conjunto com agricultores fornecedores. A SEMED também prepara a minuta do edital de Chamada Pública que segue para outros órgãos internos (Controladoria, Procuradoria, Licitação), recepciona os produtos num centro de distribuição localizado numa escola, controla a quantidade e qualidade, fraciona e entrega nas escolas com veículo próprio.

A SEMAP, por sua vez, disponibiliza profissionais para ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), realizando as reuniões conjuntas para avaliação, esclarecimentos de dúvidas, capacitação e levantamento de produtos dos 22 agricultores familiares cadastrados.

A ATER, em conjunto e diálogo constante com a SEMED, realiza a pesquisa de mercado, conforme preconiza a legislação, organiza o trabalho de máquinas e equipamentos para o preparo de solo, realiza visitas técnicas, além de oferecer mudas de hortaliças produzidas no Horto Municipal. Após a colheita, inicia-se o ciclo da roça à escola, disponibilizando o transporte dos produtos para os agricultores que não dispõem dessa estrutura. A equipe de ATER auxilia, também, na preparação dos documentos para a chamada pública, fornece orientações legais, sobretudo, com vistas à aquisição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida pela EMATER, a qual permite acesso a outras Políticas Públicas como o Pronaf.

A SEMDE auxilia na preparação das notas fiscais eletrônicas para pagamento do fornecimento, já que uma parcela dos agricultores é formada por Microempreendedores Individuais (MEI). Por meio de parceria, o SEBRAE promove capacitação, com a perspectiva da transição agroecológica, visando à certificação dos produtos como orgânicos.

Nas escolas, a preparação do alimento é acompanhada pela Equipe da SEMED que realiza frequentemente a capacitação das merendeiras. Algumas escolas são dotadas de cozinha industrial e amplo refeitório. São atendidos cerca de 4.500 estudantes das 12 unidades educacionais e três creches do município de Quissamã.

Outra ação intersetorial ocorre por meio de dois Conselhos Municipais: o de Desenvolvimento Rural Sustentável e o de Alimentação Escolar, ambos formados

por agentes públicos e da sociedade civil.

A ação intersetorial tem buscado, também, envolver os setores ligados a burocracia interna, responsáveis pela formalização e segurança jurídica dos procedimentos, como a organização das Chamadas Públicas e a celeridade do pagamento dos produtos, por meio da Fazenda Municipal.

Como consequência desse trabalho de parceria, houve ampliação da produção e da diversificação dos produtos oferecidos na alimentação escolar, saltando de 12 itens em 2011 para os atuais 30 em 2017. Com isso, muitos dos fornecedores do PNAE também comercializam seus produtos na Feira da Roça junto à Feira de Artesanato local. Antes, a Feira da Roça era realizada apenas aos sábados.

Com a filosofia da intersetorialidade, o desafio a curto e médio prazo é envidar esforços para fortalecimento da organização dos agricultores familiares, ampliação da diversificação dos produtos e estímulo à produção certificada de produtos de base orgânica.

Fotógrafo: Phillipe Moacyr

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: A EFETIVIDADE DA LEI Nº 11.947/2009

MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS

WARLLEY FERREIRA LOPES

A alimentação escolar dos alunos antes da aplicação da Lei nº 11.947/2009 no município baseava-se apenas em licitações convencionais na modalidade pregão presencial.

Até então, o cardápio oferecia apenas as hortaliças abóbora, batata-inglesa e cebola. Esses itens eram distribuídos para as escolas mensalmente. Nesse sentido, uma mudança era necessária, a fim de que as escolas recebessem

alimentos frescos e da região. O objetivo então foi a implementação da Lei nº 11.947/2009 no município de Rio Pardo de Minas - MG.

O apoio da administração municipal foi fundamental na aplicação dessa lei. Além da lei federal, o município publicou, em setembro de 2009, uma lei que estabeleceu a obrigatoriedade do município adquirir alimentos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Os entraves, então, foram fazer a informação chegar ao agricultor e, ao mesmo tempo, fazer com que eles acreditassem no Programa. Um aspecto que merece destaque, no que diz respeito à efetividade da lei, é o cumprimento das exigências legais e burocráticas impostas aos agricultores. Tais exigências necessitam de certo nível de organização social e de conhecimento para preencher os requisitos do Programa.

A partir da possibilidade de sua efetivação no município, vários atores se mobilizaram para divulgação e operacionalização do Programa. Sendo eles o nutricionista, a EMATER, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) e a Escola.

Assim sendo, a ideia de um novo mercado para seus produtos e uma possível geração de renda sensibilizou diretamente os membros do CMDRS e indiretamente a comunidade a qual pertencia.

Em 2010, foi publicada a primeira chamada pública. Nesse ano participaram três grupos informais de agricultores familiares e um grupo formal constituído em cooperativa, os quais venderam: abóbora, banana, couve, cebolinha, cebola, chuchu, farinha de mandioca, feijão, laranja, mandioca, pimentão, tomate e biscoito de polvilho.

Com a Lei nº 11.947/2009, a Resolução nº 38/2009 FNDE, e a Lei Municipal nº 1.452/2009, a possibilidade de comercialização entre agricultura familiar e PNAE fortaleceu o elo entre os diversos atores. A participação do nutricionista foi de fundamental importância. Esse agente participou de várias capacitações pro-

Município de Rio Pardo de Minas

31.016 habitantes

3.257 alunos no município

15 escolas no município

R$ 240.680,00 repassados em 2016

R$ 144.252,33 executados em 2016

10 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

59,94%

movidas pelo FNDE/CECANE/UFOP. Identificou possíveis fornecedores, elaborou o cardápio baseado em alimentos produzidos no município, realizou várias capacitações para outros atores, além de assumir o papel de animador e articulador do Programa.

A EMATER intermediou o contato entre o ente público contratante e os agricultores, estreitando relações entre esses agentes a fim de auxiliá-los no acesso ao Programa.

Os demais atores envolvidos contribuíram como multiplicadores. Após os primeiros contratos firmados entre agricultores e prefeitura em 2010, e com o bom desempenho inicial do pequeno grupo que aderiu ao PNAE, novos agricultores se sentiram estimulados e passaram a plantar com o intuito de vender seus produtos para o Programa. As exigências legais e burocráticas foram amenizadas por Resoluções do FNDE, e o nutricionista vem preenchendo as lacunas que ainda não são resolvidas pelos próprios agricultores.

A Lei nº 11.947/2009 no município trouxe ao agricultor familiar a criação de um novo mercado para seus produtos, já que muitos não tinham como escoar sua produção, sendo que em muitos momentos a produção era repassada a "atravessadores" a preços muito baixos.

Com a garantia de venda a preços justos e satisfatórios para o PNAE, e com o recebimento dos valores em data programada, os agricultores se sentiram mais

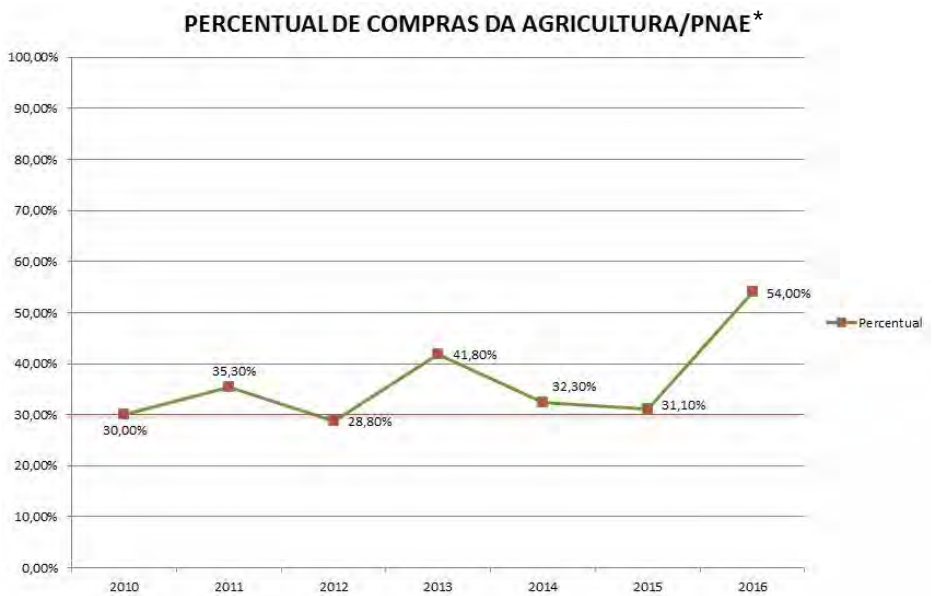
estimulados com o cultivo da lavoura, inclusive produzindo por meio do sistema de produção agroecológica integrada e sustentável.

Hoje, o município possui aproximadamente 60% da população residente na zona rural. Em algumas comunidades, a partir da implementação da Lei, os produtos oriundos da agricultura familiar passaram a ser entregues semanalmente na escola pelo próprio agricultor. Alimentos como: abóbora, banana, couve, cebolinha, cebola, cenoura, chuchu, farinha de mandioca, feijão, tangerina, melancia, mandioca, biscoito de polvilho, pão caseiro, fazem parte do cardápio oferecido na rede municipal de educação.

Desde então, o município realiza no mínimo três chamadas publicas por ano. E

> Com a ampliação da comercialização, houve aumento da renda, além da valorização da produção de alimentos locais e incentivo à organização, cooperação e/ou formalização dos agricultores.

em todos os anos atingiu um percentual maior do que o exigido em lei. A cada ano há um aumento expressivo no número de agricultores familiares, habilitados como fornecedores individuais, grupo informal e formal. Tudo isso vem contribuindo para a melhoria das refeições ofertadas e influenciando o desenvolvimento local.



* A informação é retirada de fonte distinta à do SIGPC/FNDE.

COMPRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO MERCADO PROMISSOR

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

SIMONE RADMANN WIENKE
ANE NUNES CABALDI
ISOLETE BAMMANN

São Lourenço do Sul é uma cidade com grande território rural. Em virtude disso, 40% da população vive nesse meio e tem na agricultura sua sobrevivência.

Nossa cidade já foi considerada a maior produtora de batata-inglesa do País, porém a plantação de fumo virou prioridade entre os agricultores locais devido aos altos ganhos financeiros com essa cultura. Muitos viram no fumo uma fonte rentável e promissora, mas também houve prejuízos para a saúde (surgiram doenças como câncer e depressão provenientes do uso contínuo de herbicidas).

Com a iniciativa do município de valorizar a compra direta de alimentos do produtor rural, iniciou-se uma procura por parceiros que simpatizassem com a ideia e nos ajudassem a concretizar o projeto.

Ainda que o município seja um grande produtor de fumo, pode-se dizer que as compras, por meio da chamada pública para agricultores familiares, abriram uma oportunidade para que pudessem buscar novas alternativas de renda e também qualidade de vida.

A aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar já vinha sendo realizada no município desde 2006, antes mesmo da exigência da nova legislação. Nesse período, era realizado todo um trabalho para a inclusão dos alimentos produzidos pelos agricultores locais na alimentação escolar. Esse

Município de São Lourenço do Sul

43.111 habitantes

4.330 alunos no município

45 escolas no município

R$ 415.420,00 repassados em 2016

R$ 171.180,49 executados em 2016

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

41,21%

processo era realizado por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Doação Simultânea via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Como ações para incentivo da Agricultura Familiar foram realizadas algumas atividades, tais como, reuniões com objetivo de promover discussões e colocar em prática a intersetorialidade, conforme estabelecida na Lei n° 11.947/2009. Para tanto, contamos com a participação das Secretarias Municipais da Fazenda e Educação, parceiros como a EMATER, Centro de Apoio à Produção Agroecológica (CAPA), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Cooperativas de Agricultores Familiares.

A partir de 2010, a compra foi feita por meio do processo de chamada pública. Conforme previsto na Lei n° 11.947/2009, que dispõe: "no mínimo 30% dos recursos financeiros, repassados pelo FNDE para o PNAE, devem ser gastos com a agricultura familiar, sem intermediários ou atravessadores e dispensando o procedimento licitatório".

Desde então, o município sempre conseguiu atingir o que se propôs, e essa porcentagem foi aumentando ao longo dos anos (30% em 2010, 34% em 2011, 89% em 2012, 96% em 2013 e 93 % em 2014). Esses altos índices de compra se dão porque quando não encontramos os produtos locais que necessitamos na nossa cidade, buscamos a oferta em outras.

Desde 2013 estamos contabilizando o que de fato fica no nosso município (em termos de valores), nosso objetivo é aumentar o percentual investido aqui, auxiliando ainda mais para o crescimento local. Como já dito, nossa cidade foi uma grande produtora de batata. Não conseguíamos comprar este item por meio da chamada pública, mas, devido às nossas buscas constantes, no último processo, conseguimos um produtor individual local que fornecesse esse produto.

Da mesma forma, aconteceu com o feijão. Comprávamos de cooperativa, mas a mesma relatou que não tinha mais interesse em trabalhar com este produto, já nos avisando que não iria mais ofertá-lo. Para nós seria muito mais fácil comprar o feijão por meio de licitação, porém fomos buscar apoio, junto à EMATER, solicitando que procurassem produtores no interior de nossa cidade e os incentivassem a se tornar nossos fornecedores. Foi criado, então, um grupo de trabalho para esse fim e fomos em busca de empresas que terceirizassem o beneficiamento do feijão, e assim, conseguimos comprá-lo.

Neste ano adquirimos batata-inglesa e feijão de produtores individuais locais. Essa parceria é bem vantajosa, pois incentiva a produção local, regional e estadual, garantindo um mercado certo para a colocação dos produtos ofertados; trás agilidade no pagamento – o setor financeiro dá prioridade ao pagamento das notas da agricultura familiar - e estimula a alimentação saudável devido à qualidade e variedade dos produtos, que são frescos e em sua maioria, orgânicos.

É importante dizer, que devido a algumas dificuldades burocráticas, o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar não é fácil. Contudo, no nosso município essa aquisição foi se aprimorando com o passar dos anos. Foi construída, passo a passo, uma relação de confiança mútua e comprometimento entre todos os envolvidos. O diálogo é fundamental entre contratante e contratado, sempre enfatizando que há o interesse de se manter essa parceria.

Ao final de cada ano, é feita uma reunião para saber o que deu errado e o que pode melhorar, assim como o que deu certo e vai continuar. Na mesma ocasião é apresentado um planejamento de consumo para o ano seguinte, deixando os produtores com tempo hábil para se organizarem. Nesse momento

informamos o que está sendo adquirido de outras localidades e verificamos a possibilidade de comprarmos aqui mesmo no município. Da mesma forma, a nutricionista responsável fica à disposição para a possível implantação de um novo produto no cardápio.

Com essas reuniões, viu-se a necessidade de mudar a logística do setor, pois os dias programados para a entrega dificultavam a vida social dos agricultores ou prejudicava a qualidade dos produtos. Esses alimentos agora são recebidos nas terças-feiras pela manhã, pois, desta forma, os agricultores podem realizar a colheita na segunda-feira e entregar produtos frescos, sem atrapalhar seus finais de semana.

É necessário salientar que este procedimento dá certo porque o Setor de Alimentação Escolar entende que, por meio desse processo, contribui-se para o crescimento e o desenvolvimento tanto dos alunos (alimentação de qualidade), quanto do meio rural (desenvolvimento econômico).

Prezamos muito pela qualidade dos produtos que recebemos, por isso, para garantirmos que estes chegassem às escolas com a mesma qualidade que recebíamos no setor, buscávamos formas de melhorar e, em 2015, foi adquirido, por meio da adesão a um processo licitatório do FNDE, um caminhão-baú refrigerado adequado para as entregas da alimentação escolar.

Como conclusão, este relato pretende mostrar que, a partir da relação entre instituição pública e produtor rural, é possível se

ter um resultado positivo com uma alimentação adequada e saudável para os alunos e também auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar.

PREFEITURA
SÃO LOURENÇO DO SUL
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Alimentação
Escolar

MUNICÍPIO DE IÇARA - SC

“Esperamos que nossa experiência possa servir de incentivo para que outras cidades implantem a agricultura familiar no PNAE e que todos possam sentir a felicidade que é ver os muros das escolas sendo rompidos e gerando o desenvolvimento local e o empoderamento da população.”

Fotógrafo: João Gabriel da Rosa

COOPERATIVISMO / ASSOCIATIVISMO

PNAE E AGRICULTURA FAMILIAR: ROMPENDO OS MUROS DAS ESCOLAS E EMPODERANDO NOSSOS AGRICULTORES

MUNICÍPIO DE BANANEIRAS

DOUGLAS LUCENA MOURA DE MEDEIROS

Bananeiras é um município brasileiro do estado da Paraíba, cuja população atual está estimada em 22.012 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 258 km², localizada na Serra da Borborema, na microrregião do Brejo Paraibano, a 141 km de João Pessoa.

Atualmente, de acordo com o censo escolar, este município possui 3.536 alunos em sala de aula que são atendidos, diariamente, pelo importantíssimo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Município de Bananeiras

- 21.156 habitantes
- 4.893 alunos no município
- 38 escolas no município
- R$ 385.460,00 repassados em 2016
- R$ 264.648,63 executados em 2016
- 14 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

68,66%

O PNAE é uma das iniciativas do Governo Federal mais bem vistas pelos agricultores familiares deste município. E sabem por quê? Porque, nos últimos cinco anos, observamos uma crescente participação da agricultura familiar no PNAE, com uma crescente compra, sempre acima dos 30% estipulados por lei. Fomos de 37,18% em 2011 a 59,60% em 2015 e a nossa prioridade é chegar aos 100% de agricultura familiar. Fruto não apenas da obrigatoriedade da Lei nº 11.947, mas também do compromisso da gestão atual, que colocou como prioridade a qualidade da alimentação escolar em Bananeiras, priorizando a aquisição de alimentos básicos de forma *in natura*, frescos, orgânicos, de boa qualidade reconhecida, cuja produção é

acompanhada por todos os munícipes, inclusive, e, principalmente, pelas famílias dos alunos e funcionários responsáveis pela alimentação escolar.

Dessa forma, incentivamos a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, notadamente, carnes, ovos, frangos, tubérculos, verduras e legumes, em detrimento da aquisição de produtos industrializados, que, na maioria das vezes, não eram sequer aceitos, bem recebidos ou bem deglutidos pelos alunos da rede municipal de educação.

Mas como chegamos a esta realidade? Como poderíamos ter comprado desses agricultores que, em sua maioria, não estavam organizados e nem aptos a venderem para o PNAE, devido a questões burocráticas de documentação?

O desafio foi grande, mas não desistimos e trabalhamos em conjunto para que esses agricultores se organizassem em cooperativas e, coletivamente, pudessem produzir e oferecer a maior quantidade possível dos produtos escolhidos pela área de nutrição do município para alimentação escolar.

Uma vez organizados em cooperativas, os produtores da agricultura familiar estavam aptos a iniciar uma revolução em suas vidas, pois, desta forma, eles puderam participar da chamada pública efetuada pela Prefeitura, sem a concorrência desleal com os grandes produtores da agroindústria. Bananeiras tornava-se, assim, referência em agricultura familiar para o PNAE no estado da Paraíba.

Poderíamos encerrar o relato de nosso município aqui, porém, é tão gratificante ver o PNAE rompendo os muros das escolas e fomentando a produção local que não poderíamos deixar de relatar os procedimentos adotados para garantir a qualidade do Programa.

Os produtos comprados das cooperativas são colhidos duas vezes por semana, nas áreas de produção, e são acolhidos em uma casa de recepção apropriada para tal fim. Nesta casa de recepção, esses produtos são armazenados de forma adequada para posterior distribuição, que ocorre durante dois ou três dias por semana, para todas as 35 (trinta e cinco) unidades educacionais do município.

Você sabe qual é o resultado disso? Uma alimentação de qualidade, com alimentos frescos, limpos, livres de agrotóxicos e que, de tão bem feitos por nossas merendeiras, têm uma aceitabilidade que nos deixa muito felizes e atingem o maior objetivo do PNAE, que são os alunos.

Ao longo desses cinco anos, essa decisão da gestão municipal em adquirir os produtos da agricultura familiar do município nos permite afirmar que, além da aquisição de alimentos de qualidade, hoje enxergamos que todo esse processo de revolução possibilitado pelo PNAE se constituiu em uma forma de incentivar famílias a desenvolverem projetos agrícolas de produção de alimentos economicamente viáveis, socialmente importantes e ecologicamente sustentáveis. São também, economicamente viáveis porque a Prefeitura de Bananeiras e outras circunvizinhas, já adquirem, hoje, quase a totalidade da produção familiar, por um preço justo, durante todo o ano e em grande quantidade, além de incentivar a própria população a adquirir os produtos da agricultura familiar.

Por último, consideramos que sem a organização dos produtores em associação e cooperativa não estaríamos nesse patamar de compras, pois foi essa organização que permitiu potencializar o conjunto e valorizar o coletivo, tanto no que se refere às compras em comum (destinadas à produção ou para consumo familiar), como a troca de experiências entre os produtores durante todo o processo produtivo, como também entre os produtores e os compradores, na etapa da comercialização da produção. Isso porque os potenciais compradores, ao prezarem pela qualidade dos produtos, se comprometem a pagar um preço justo, pela venda direta entre produtor – consumidor, sem a interferência do atravessador durante o processo.

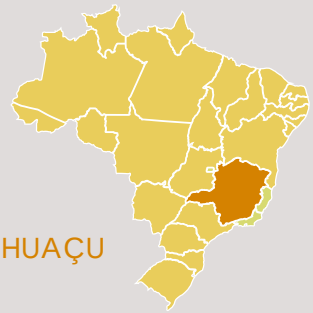
Em função das medidas tomadas pela gestão municipal, já se observa um aumento significativo do número de associados das cooperativas e associações de produtores da agricultura familiar, da constituição de novas associações e cooperativas desta categoria no município de Bananeiras e cidades vizinhas, o que por si só justifica a aquisição da produção da agricultura familiar pela prefeitura local. Além disso, há a possibilidade de aumento da oferta de novos produtos, o que acarretará mais pessoas trabalhando e mais dinheiro circulando no município, constituindo-se, portanto, em um círculo virtuoso de prosperidade para a região.

Por toda essa revolução que o PNAE causou em Bananeiras, hoje o município paraibano que mais compra da agricultura familiar serviu de exemplo para outros países. Tivemos a grata e feliz visita dos países de Madagascar e Mali que estiveram em nossa cidade, acompanhados de técnicos do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da CONAB e do FNDE, conhecendo de perto toda essa experiência aqui relatada.

Esperamos que nossa experiência possa servir de incentivo para que outras cidades implantem a agricultura familiar no PNAE e que todos possam sentir a felicidade que é ver os muros das escolas sendo rompidos e gerando o desenvolvimento local e o empoderamento da população.

O município de Bananeiras está de braços abertos para todos vocês!

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL - RS



ASSOCIATIVISMO RURAL EM MOVIMENTO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E AVANÇOS

MUNICÍPIO DE MANHUAÇU

ANA PAULA SOARES DE AGUIAR
FLÂNIO ALVES DA SILVA
VALÉRIA APARECIDA BICALHO DE MORAIS CRISTO

A Associação Comunitária de Estudos e Ação Social (ACEAS) foi fundada em 1997 com a missão de organizar a comunidade socialmente e politicamente para enfrentar os desafios impostos pela monocultura do café instalado no município de Manhuaçu e região.

Embasada no associativismo e na economia solidária, a ACEAS começou a trilhar caminhos com vistas ao fortalecimento e capacitação no âmbito da produção agrícola, a comercialização e consumo, priorizando o bem-estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento local com justiça e sustentabilidade.

Por meio dos mercados institucionalizados pelo Programa de Aquisição de Alimentos e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, a agricultura familiar tem recebido novas oportunidades para fortalecer seus empreendimentos em nosso município. A comercialização deixou de ser uma barreira e passou a ser uma oportunidade para os agricultores. Para acessar esses mercados e se fortalecerem, tornou-se necessária a busca de parcerias com outras instituições que contemplassem os mesmos ideais de economia solidária. Nesse caminhar, dentre outras, encontrou-se na Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta (COORPOL), uma instituição parceira que vem apoiando a associação na busca de novas alternativas de comercialização.

A ACEAS sempre teve um papel organizativo fundamental na comunidade. Diante da necessidade da oferta de produtos provenientes da agricultura familiar para o PNAE, em 2010 um grupo de agricultoras efetuou a primeira comercialização de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, algo que só foi possível depois de muitas reuniões e tentativas da nutricionista da educação junto com a coordenadora do setor responsável pela alimentação escolar, pois os produtores não acreditavam que daria certo.

O começo foi difícil, pois a ACEAS não tinha recurso financeiro para realizar qualquer atividade, mas contou com apoio da EMATER. Em 2010, cinco agricultores iniciaram a primeira comercialização para o PNAE, sendo o primeiro contrato de 35 mil reais. A experiência foi positiva e esse grupo se expandiu, terminando o ano com 15 produtores executando essa entrega. Em 2011, a Associação participou de várias chamadas públicas para fornecimento de alimentação escolar, proporcionando uma melhoria na renda das famílias da comunidade e

Município de Manhuaçu

88.580 habitantes

6.902 alunos no município

54 escolas no município

R$ 664.700,00 repassados em 2016

R$ 319.113,77 executados em 2016

150 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

48,01%

uma melhor alimentação para os estudantes.

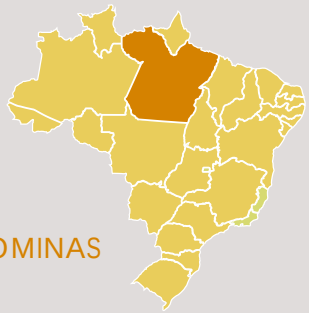
Nesse contexto, ainda em 2011, visando novos desafios para criação de melhores condições para participação das mulheres no processo econômico, a Associação viu a possibilidade de criar um espaço coletivo para processamento de produtos destinados à alimentação escolar, por meio do PNAE. Assim, com recursos das próprias famílias (seja individualmente ou do montante que tinham acumulado na Associação), a Associação adquiriu um terreno, construiu uma pequena agroindústria para fabricação de pães, bolos e outros produtos da área de panificação, além da compra de utensílios e equipamentos. Com essa experiência, as agricultoras viram na agroindustrialização uma oportunidade de agregação de valor das mercadorias e, principalmente, geração de emprego para além dos produtos *in natura*, possibilitando a permanência das famílias na zona rural, a produção de alimentos de melhor qualidade, com vistas à segurança alimentar e nutricional, oportunizando a criação e legalização de empreendimentos coletivos.

O sucesso com a fabricação de pães fez com que esse grupo, que inicialmente era composto por 13 mulheres, servisse como exemplo para que outras mulheres da comunidade ficassem motivadas a buscar novas fontes de renda por meio de processos industriais. Para não haver acúmulo de produtos e competição dentro de um mesmo grupo, 23 mulheres estão sendo capacitadas por organizações parceiras com cursos de fabricação de doces e polpas de frutas da região, boas práticas de manipulação de alimentos e gestão do empreendimento. O grupo está sendo capacitado para produzir alimentos de qualidade em empreendimentos coletivos. A produção, além de ser ofertada para a alimentação escolar, será comercializada em mercados da região, em feiras e outros, atendendo a um grande número de pessoas.

Nesse árduo processo de promoção da comunidade, dá-se início a uma nova ordem de cooperativismo e associativismo, sendo que a Associação tem o controle organizativo da produção e a cooperativa trabalha a comercialização de forma legal, sem concorrência interna.

A maior e mais importante contribuição gerada pela ACEAS é o fortalecimento da agricultura familiar, sendo o PNAE seu principal foco. A produção de alimentos é uma atividade fundamental para a existência da humanidade e, no Brasil, a agricultura familiar é a grande responsável pela produção dos alimentos básicos de consumo. Mesmo com todos os problemas de ordem conjuntural e

estrutural, os associados e familiares da ACEAS seguem no firme propósito de continuar em suas unidades agrícolas. Os resultados já alcançados ajudam a entender a importância estratégica da agricultura familiar, destacando que, além de seu papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social no campo e nas cidades, esse setor deve ser encarado como uma fonte considerável de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do País. Assim, hoje, podemos vivenciar a grande e crescente contribuição da Associação no fornecimento de alimentos de qualidade, destinados a enriquecer nutricionalmente a alimentação escolar municipal.



AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PARCERIA QUE DEU CERTO

MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS

GALBANÍ POSSIDÔNIO C. CARNEIRO
KLEBSON DIAS FERREIRA
MOZIMEIRE PEREIRA DE SOUZA COSTA
PAULO POMBO TOCANTINS
VIVIAN VILHENA PINHEIRO

Em Paragominas, no estado do Pará, a agricultura familiar foi um marco positivo para o desenvolvimento dos pequenos agricultores da região. Diversos fatores têm contribuído para a compra de produtos diretamente dos agricultores locais, tais como: a geração de renda direta na colônia, a diminuição do êxodo rural e o fomento à economia. Isso acarretou em produtos mais baratos, maior diversidade na oferta de produtos hortifrutigranjeiros para a alimentação escolar, mudança no hábito alimentar dos alunos e consequentemente dos pais.

Tudo começou em 2005, quando Paragominas foi um dos primeiros municípios da região norte a adquirir produtos da agricultura familiar, apoiado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que criou o Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB. Com apoio de órgãos como SEBRAE, EMATER, SAGRI, e SEMAGRI, esse modelo foi importado do estado do Paraná e adaptado à realidade do município.

No início, apenas 40 famílias participaram com duas associações. Com o sucesso do projeto e a obrigatoriedade estabelecida pela Lei nº 11.947/2009 e pela Resolução FNDE nº 38/2009, a aquisição dos ali-

Município de Paragominas

397.819 habitantes

31.038 alunos no município

82 escolas no município

R$ 2.429.420,00 repassados em 2016

R$ 1.191.805,71 executados em 2016

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

49,06%

mentos passou a ser realizada por meio da modalidade chamada pública. Essa mudança favoreceu a ampliação no número de famílias nas associações, e, com o crescimento da demanda, o que antes eram associações, se tornara uma cooperativa.

Hoje Paragominas se orgulha de ter acreditado nesse Programa que mudou a realidade da agricultura na região, pois com a Resolução nº 04/2015 e a Lei nº 11.947/2009, há mais segurança para o agricultor local, tanto para produzir quanto para vender os alimentos. Atingimos um percentual médio de 49,32% de produtos da agricultura familiar que corresponde ao valor de R$ 117.994,74 mensais, utilizados na alimentação escolar, o que dá reconhecimento e crédito aos agricultores para produzir muito mais para o mercado local.

Com a alteração nas normas do PNAE e com o apoio do gestor, que é fundamental para o crescimento do Programa, hoje Paragominas conta com duas cooperativas que produzem 99% dos produtos utilizados. Essas associações

125HP MERCURY
flip/flop seat
Sea Hunt
REVELLE
200CC
with washout connection

abarcam aproximadamente 100 famílias. E assim, o objetivo principal dessa ação é melhorar a qualidade de vida dos produtores e da população de baixa renda da zona rural, transformando os espaços ociosos em espaços de produção autossustentáveis, propiciando condições para aumentar a capacidade produtiva e a geração de renda.

Para que a implantação do Projeto tivesse sucesso, foram planejadas várias ações, tais como: oferecer

capacitação; viabilizar a formação de associações e cooperativas; promover as orientações sobre espaço físico, maquinário e documentação; promover a produção de produtos por meio das matérias primas cultivada na zona rural e indígena; identificar, sensibilizar e convidar diversos parceiros para se envolverem nessa proposta; incentivar a produção extrativista e a geração de renda, por meio do incentivo à qualificação das comunidades; capacitar e acompanhar os Produtores Rurais do Assentamento na produção e comercialização dos produtos extrativistas relacionados aos frutos e raízes regionais; gerar uma fonte de renda adicional para os moradores das comunidades, melhorando assim as condições econômicas e sociais da população local; fortalecer a Cooperativa, melhorando a capacidade produtiva e organizacional e a autoconfiança da comunidade.

Foi assim que toda a produção realizada pela Cooperativa passou a ser voltada para o consumo familiar, local e principalmente para o abastecimento da alimentação escolar do município.

A produção da Cooperativa hoje é focada na produção de hortifrútis, e atualmente consegue fornecer seus produtos para um total de 41 escolas da zona ur-

bana, 40 escolas da zona rural e três escolas da zona indígena (aldeia Tembé, Teko -haw e Zayhé), por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais do Uraim e Condomínio Rural de Paragominas (COOPERURAIM), conta com um sistema de entrega na zona urbana, realizado semanalmente pelos próprios agricultores em seus veículos. Na zona rural, para dar suporte aos agricultores e para que a alimentação escolar chegue com boa qualidade nas escolas, a prefeitura faz a locação de um veículo, pois a distância entre as escolas é muito grande. Esse suporte é importante principalmente para os produtos perecíveis, que requerem um cuidado todo especial no manuseio e no transporte.

Ter direito a uma alimentação escolar adequada significa ter uma alimentação de boa qualidade, em quantidade suficiente, livre de substâncias que possam fazer mal à saúde e que respeite os hábitos culturais e regionais. Esse direito só se realiza plenamente quando há o acesso regular e permanente a alimentos, ou seja, quando a comunidade escolar recebe alimentação adequada durante todos os dias letivos. Para que isso ocorra, a agricultura familiar tem um papel fundamental.

A COOPERURAIM tem o compromisso de fornecer alimentos dentro da zona indígena abrangendo um total de três aldeias, integrando a agricultura familiar junto aos povos indígenas. De forma direta, o projeto contribuirá para a manutenção de famílias, das quais 100 são produtoras, atendendo em média 29.700 alunos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estendendo os benefícios aos povos indígenas com PNAE Indígena.

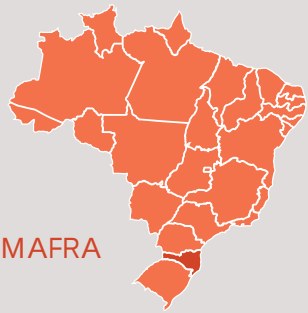
Por fim, deixamos o depoimento da agricultora Sra. Tereza Pacheco Bazonni, que tem acompanhado esse processo de perto: "A vida que nós tínhamos antes de trabalhar com a Alimentação Escolar era de muita dificuldade, não tínhamos água, estrada, apoio, incentivo, sonho, ou seja, nada. A partir do momento que fomos orientados, incentivados e capacitados pelo SEBRAE, SENAR, Secretaria de Agricultura, apoiados pela ONG Ação Fome Zero, e passamos a trabalhar em parceria com a Prefeitura Municipal de Paragominas, veio a confiança e credibilidade que fez os produtores serem corajosos e competentes, dando-lhes qualidade de vida e confiança e hoje todos podem ter sonhos e realizações".

Fotógrafo: João Gabriel da Rosa

MUNICÍPIO DE IÇARA - SC

"Em 2010 iniciamos a compra da agricultura familiar, por intermédio de chamada pública, com produtos oferecidos pela cooperativa local. Contudo, no decorrer do ano, muitos agricultores que viam as propagandas da nova modalidade de compra para alimentação escolar vinham nos procurar querendo vender."

PARTICIPAÇÃO SOCIAL



AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL: RESPEITO E VALORIZAÇÃO

MUNICÍPIO DE MAFRA

GIOVANA ANDRÉA ZANINI KUNDLATSCH
LETÍCIA PIMENTEL DA SILVA

Antes de 2009, quando o FNDE colocou para os municípios a exigência de compra de 30% dos recursos da alimentação escolar em produtos da agricultura familiar, o município de Mafra já vinha realizando a compra de produtos dos agricultores familiares. Porem, essa compra era feita por meio de uma cooperativa local que participava dos processos de licitação da alimentação escolar. Nesse contexto, os

produtos oferecidos pela cooperativa precisavam participar da concorrência de preços, juntamente com os demais fornecedores. Contudo, isso não era vantajoso para o pequeno agricultor, que no final acabava recebendo um valor muito baixo pelo seu produto, ou por vezes até perdia na concorrência de preço.

Havia a oferta de produtos de qualidade e também o interesse do Departamento de Alimentação Escolar em comprar esses produtos por julgar que eles tinham melhor qualidade. No entanto, era necessário tornar a venda desses produtos mais atrativa e organizada para a agricultura familiar local.

Com a promulgação da Lei nº 11.947, de 2009, houve ampla divulgação da venda de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, com isso um número maior de agricultores foram até o Departamento de Alimentação Escolar oferecer seus produtos.

O Departamento de Alimentação sempre incentivou a compra de tais produtos, porém era necessário organizar a quantidade, a variedade, a sazonalidade e a logística de entrega, sem desmotivar os agricultores. O objetivo principal de todas as ações desenvolvidas pelo Departamento de Alimentação Escolar em relação à agricultura familiar é sempre respeitar e valorizar seus produtos, oferecendo uma grande variedade de alimentos, todos que nossa agricultura local possa produzir e, assim, estimular o aluno a consumir produtos saudáveis e da própria região.

Encontramos vários obstáculos como a organização na entrega dos produtos, falta de variedade e problemas na continuidade. Às vezes havia muita oferta dos mesmos produtos e a falta de outros, pois, devido às condições climáticas, não era possível entregar determinado produto na quantidade necessária. Sempre entendemos a situação e em conjunto com os agricultores buscamos uma solução.

Outro problema foram as queixas das merendeiras relatando que as hortaliças eram muito pequenas, ou que estragavam muito rápido, e que

Município de Mafra

52.912 habitantes

5.630 alunos no município

30 escolas no município

R$ 607.260,00 repassados em 2016

R$ 422.599,33 executados em 2016

20 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

69,59%

alguns produtos vinham sujos de terra, entre outras reclamações. Para isso tivemos que fazer um trabalho de orientação, para mostrar a qualidade nutricional dos alimentos, explicando que esses produtos estragavam mais rápidos porque não tinham excesso de agrotóxicos. Explicamos também que eram menores em tamanho, mas maiores em qualidade nutricional.

Contamos com a parceria do Conselho de Alimentação Escolar, da época, que propôs um encontro com agricultores locais, cooperativa, entre outros envolvidos para explicar aos agricultores sobre os direcionamentos legais e solicitar que se organizassem com a diversificação e logística na entrega dos produtos.

> Com a iniciativa de valorização da agricultura familiar, atingimos todos os alunos da rede municipal, por meio da oferta de uma grande variedade de produtos locais. Além disso, atingimos também aproximadamente 20 famílias de agricultores.

Em 2010 iniciamos a compra da agricultura familiar, por intermédio de chamada pública, com produtos oferecidos pela cooperativa local. Contudo, no decorrer do ano, muitos agricultores que viam as propagandas da nova modalidade de compra para alimentação escolar vinham nos procurar querendo vender. Porém não tinham quantidade suficiente de produtos, ou mesmo condições adequadas de entrega.

Para sanar esse problema, em 2011 o Conselho de Alimentação Escolar propôs um evento de chamamento dos agricultores locais, a fim de que pudéssemos dar esclarecimentos sobre a Lei nº 11.947, bem como proporcionar aos agricultores uma palestra com o tema "Diversificação de culturas, escalonamento de produção e produtos orgânicos". O objetivo dessa palestra era fazer com que os agricultores vislumbrassem outras possibilidades de produção e organização do que já produziam.

Como fruto desse encontro, houve, em 2012, a participação de um grupo de agricultores individuais, não ligados à cooperativa, no processo de chamada pública. Esses agricultores se organizaram como grupo informal e passaram a nos fornecer alguns legumes e verduras.

Em 2013, o FNDE publicou a Resolução nº 26, que dava um maior detalhamento sobre o processo de compra da agricultura familiar, esclarecendo que a cooperativa teria prioridade na venda de produtos sobre os agricultores individuais. Nesse momento o Departamento de Alimentação Escolar percebeu que deveria fazer alguma coisa para não desmerecer os produtos dos agricultores individuais que já vinham nos atendendo. Para isso foi organizado uma reunião entre o Departamento de Alimentação Escolar e os agricultores interessados, alertando-os para importância da formalização da agricultura familiar, sem impedir que todos continuassem a participar.

Após essa reunião, conseguiu-se a parceria entre a cooperativa local e os agricultores individuais, melhorando a oferta de produtos, bem como a organização de entrega. Hoje em nossas chamadas públicas contamos com a participação da cooperativa local, do grupo de agricultores informais e até de agricultores e cooperativas de cidades vizinhas. Cada um vende e entrega os produtos que produz, há parceria entre eles e com o Departamento de Alimentação Escolar que entrega em algumas escolas. Por meio desse processo de valorização e respeito, contamos com uma grande variedade de produtos, entre frutas, verduras, legumes, feijão, mel; e ainda um produto da sociobiodiversidade, o pinhão.

MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO - RS

SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO DE BASE ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA

Fotógrafo: João Gabriel da Rosa

MUNICÍPIO DE PAIÇANDU - PR

"Paralelamente, os Conselheiros do CAE, além do controle social, fazem a divulgação e conscientização de todo processo aos pais e à comunidade em geral."

AGRICULTORES ORGÂNICOS ALIMENTAM O FUTURO DE IÇARA

MUNICÍPIO DE IÇARA

CAROLINA DIAS MORICONI
DALVACIR SIMONI GABRIEL
DIONI SIMONI VIEIRA
ELLI VERZA ALBERTON
JAIRO MANOEL DA SILVEIRA
JENIANE REGINA REDIVO CANDIDO RABELLO
JOSÉ LAUDELINO DA SILVEIRA
PEDRO ALCINO BUDNY
PEDRO MANOEL RABELO
RÚBIA CUNHA DE SOUZA RAUPP
SAYMON ANTONIO DELA BRUNA ZEFERINO

O município de Içara está localizado na região sul do estado de Santa Catarina e sua população é de 53 mil habitantes. A região possui uma grande área agrícola, e, por muitos anos, destacou-se pelo cultivo do tabaco (fumicultura) e apicultura. Em 2016, uma pesquisa realizada pela Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina (FAASC), destacou Içara, como o segundo maior produtor de mel do estado.

Apesar da rentabilidade, os tradicionais plantadores de fumo enfrentavam algumas dificuldades, e, por necessidade, procuravam alternativas de renda. Uma oportunidade interessante encontrada foi a produção orgânica.

Atualmente, a conscientização dos consumidores vem exigindo maior qualidade e segurança dos

Município de Içara

54.845 habitantes

6.632 alunos no município

50 escolas no município

R$ 609.660,00 repassados em 2016

R$ 506.291,93 executados em 2016

1.000 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

83,04%

alimentos. Na região, existe a Rede Ecovida que, por meio do sistema participativo, atua na orientação, incentivo e certificação orgânica de famílias. O sistema é chamado de participativo, pois os grupos de certificação são formados por agricultores, técnicos, consumidores e parceiros, que se reúnem periodicamente e se auto fiscalizam, visitando um ao outro.

A Rede subdivide-se em Núcleos e Grupos. Em Içara, o Grupo Frutos da Terra pertence ao Núcleo Serra Mar, que participa da Rede de Agroecologia Ecovida.

Em 2015, após participação da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional, o setor de alimentação escolar da rede de ensino municipal decidiu como meta aumentar de forma gradativa a oferta de produtos orgânicos e agroecológicos aos alunos. Dessa forma, a Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (COOPAFI), a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), as Secretarias de Educação e Agricultura, reuniram-se para estudar e planejar a melhor forma de incentivar os agricultores a migrarem

Fotógrafo: João Gabriel da Rosa

da produção convencional à orgânica, bem como aumentar o grupo e o fornecimento de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar. E assim, os objetivos propostos foram: incentivar a conversão de agricultores convencionais para o sistema de produção orgânica como alternativa à fumicultura; aumentar a oferta de produtos orgânicos, certificados na alimentação escolar de Içara, tanto em quantidade, quanto em variedade; e garantir a aquisição da produção orgânica dos agricultores da cooperativa de acordo com os limites individuais (DAP) no PNAE.

No entanto, antes de atingir os objetivos propostos, alguns obstáculos foram encontrados como a carência de produtores orgânicos certificados no município e a falta de conhecimento e experiência sobre o assunto.

Diante disso, acionamos parceiros como a COOPAFI, na organização dos cooperados para a comercialização; A EPAGRI, na assistência técnica aos agricultores familiares; e a Secretaria Municipal de Agricultura, na assistência e estruturação necessária.

E assim, o público diretamente afetado pela iniciativa foram os alunos e agricultores familiares. Com isso, os alunos da rede de ensino municipal de Içara foram os maiores ganhadores desta iniciativa, tanto por receber alimentos nutritivos e frescos da região, como pela oportunidade de conhecer a diversidade dos sabores destes alimentos, influenciando hábitos familiares. E os agricultores familiares que se beneficiaram porque passaram a ter um mercado garantido ao longo do ano.

Além desses, outro público indiretamente beneficiado foi a sociedade, que ganha em qualidade de alimentos e com o meio ambiente livre de agrotóxicos. Já que o excedente da produção, ou seja, aquilo que não é absorvido pelo PNAE, é comercializado livremente no mercado regional, na propriedade, na feira municipal ou ainda por meio de cestas entregues a domicílio.

É importante lembrar que a COOPAFI, a EPAGRI e as Secretarias de Agricultura e Educação também são beneficiadas, pois alcançam bons resultados junto aos cooperados, produtores e sociedade, e se fortalecem como entidades de organização e assistência nas suas competências.

Cabe aqui pontuar, que Içara junto com os agricultores e seus parceiros vem desenvolvendo um trabalho crescente dentro da alimentação escolar. Em 2010, eram 11 agricultores envolvidos, e não havia produção de orgânicos. Em 2014, já

havia a participação de 26 agricultores, sendo que apenas dois deles produziam orgânicos (morango e hortaliças).

Em 2016 três novos agricultores passaram a fornecer alimentos, porém tiveram que se comprometer a certificar a produção. Hoje, são 30 agricultores, e destes, seis são responsáveis pela produção de mel, morango, legumes e verduras, todas orgânicas e certificadas.

Comparando o ano de 2016 ao de 2017, é possivel observar que o consumo de alimentos orgânicos aumentou 70% (de 16% para 86%). Em 2016, era um produtor orgânico para quatro produtores convencionais de hortaliças. Já em 2017, são quatro produtores de orgânicos e um de convencional. Com esta iniciativa, aumentamos qualitativamente a oferta hortifrúti na alimentação escolar, priorizando os produtos orgânicos e agroecológicos.

Em 2018, esperamos que três produtores, dos que já estão fornecendo alimentos este ano, alcancem a certificação.

Dessa forma, o PNAE no município de Içara é utilizado não apenas como um programa de aporte de recursos para alimentação escolar, mas como uma política de desenvolvimento rural para os agricultores. Essa ação fortalece a cooperativa e faz com que os recursos movimentem a economia municipal, incentivando a produção local e principalmente a forma orgânica e certificada de produção.

AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL: UMA PARCERIA QUE DEU CERTO

MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO

AMANTINO TODESCHINI
ANDRÉIA FOCCHESATTO
ANNA MARIA TEDESCO
CATARINA TURMENA PASOLIN
DIRCE MAZZOTTI KASMIERSKI
MARIA LUIZA GONÇALVES
NILDETE THEREZINHA DALL'AGNOL TAPPARO
REJANE TESSARO
SALETE TEREZINHA CESTONARO BONGIOVANNI

O município de Nova Bassano - RS adquire gêneros alimentícios por meio de processo licitatório e de chamada pública. Pensando na redução dos alimentos industrializados no cardápio das escolas, havia a necessidade de aumentar o percentual de gêneros alimentícios adquiridos da agricultura familiar.

Em 2016, houve um aumento significativo na utilização do recurso próprio na alimentação escolar. E, em 2017, há a perspectiva que esse valor seja maior, assim como a compra da agricultura familiar.

A maioria dos hortigranjeiros é adquirida de uma associação de agricultores ecologistas, a Associação de Produtores Ecologistas de Nova Bassano (APENB), que possuem certificação da Rede Ecovida.

No entanto, havia uma fragilidade na oferta de produtos e de produtores, principalmente pela dificuldade em se obter a regularização sanitária. Foi então,

Município de Nova Bassano

- 9.599 habitantes
- 743 alunos no município
- 5 escolas no município
- R$ 75.720,00 repassados em 2016
- R$ 48.634,45 executados em 2016
- 14 agricultores envolvidos na ação

Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

54,70%

que partir de 2017, o município passou a ser o responsável em fornecer o Alvará Sanitário às agroindústrias e aos agricultores familiares.

Anteriormente, o estado fornecia o alvará sem vistoriar, por ser estabelecimento de pequeno porte e de baixo impacto ambiental. Agora, além da vistoria da Vigilância Sanitária, há a necessidade do Alvará de Localização. Assim, a EMATER/RS – ASCAR; o Departamento de Compras, responsável pela chamada pública; a nutricionista, responsável técnica pela Alimentação Escolar; a Secretaria de Agricultura; os conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), os agricultores familiares e a Vigilância Sanitária, reuniram-se para decidir sobre quais seriam as providências a serem adotadas como forma de adequação.

A Vigilância Sanitária encaminhou ofício à Secretaria de Educação para que fosse incluída na chamada pública a exigência do Alvará Sanitário. Foi promovido um encontro entre os agricultores envolvidos e o Assistente Técnico Regional de Agroindústria para esclarecimento de dúvidas sobre legislação, boas práticas

de fabricação e encaminhamentos de adesão ao Programa de Agroindústria Familiar (PAF).

Em contrapartida, os agricultores familiares solicitaram ao gestor do município um aumento no percentual de aquisição de alimentos da agricultura familiar e obtiveram uma resposta positiva.

A EMATER/RS – ASCAR passou a assessorar os agricultores no processo de cadastramento junto ao Corpo de Bombeiros para a emissão do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI). Após esse procedimento, é encaminhado o Alvará de Localização e o Sanitário.

O município, por meio de uma análise detalhada da questão, passou a dar o prazo de 120 dias para a adequação da documentação. E nesse contexto, a EMATER/RS – ASCAR vem, ao longo de 17 anos, fomentando a produção agroecológica e, agora, por meio da Assistência Técnica Regional realiza reuniões e visitas a campo, a fim de solucionar problemas de degradação do solo, com práticas de plantio sustentáveis, de recuperação de solo e de culturas nas propriedades que fornecem para a alimentação escolar.

Atualmente existe, inclusive, o incentivo para a implantação de estufas móveis para a produção de hortaliças, de produção de morangos e, futuramente, a produção de ovos orgânicos. Essa iniciativa atingiu diretamente 14 agricultores familiares, que passaram a fornecer semanalmente produtos às escolas e a aproximadamente 850 alunos, equipes diretivas, professores, atendentes, funcionários e às famílias dos alunos.

É importante destacar que a Entidade Executora do PNAE se preocupa em trabalhar conjuntamente ações de Educação Alimentar e Nutricional, por meio de palestras, oficinas culinárias, vídeos educativos, cartazes e atividades pedagógicas realizadas em sala de aula, destacando a alimentação saudável e a importância da agricultura familiar. É trabalhada, também, uma mensagem sobre a importância de implantar hortas e pomares domésticos, focando na agroecologia.

Paralelamente, os Conselheiros do CAE, além do controle social, fazem a divulgação e conscientização de todo processo aos pais e à comunidade em geral.

Para ampliar a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, bem como a adesão de novos produtores, a nutricionista e a EMATER/RS – ASCAR promovem reuniões de planejamento para identificar ofertas de produtos e possíveis plantios para diversificar ainda mais a alimentação escolar.

Considerando todos esses aspectos, e após a implementação da Lei nº 11.947/2009, houve uma melhora significativa do cardápio da alimentação escolar, melhorando os valores nutricionais e, consequentemente, a saúde das crianças. Os alunos estão comendo "comida de verdade", resgatando o natural e focando no equilíbrio nutricional, que além da escolha do que comer, envolve bons hábitos culturais, afetivos e sociais.

Enfim, as crianças aprendem a se alimentar de forma consciente e saudável, com base em princípios da biodiversidade e da sustentabilidade. A alimentação agroecológica e adequada vai além do seu poder nutricional no ambiente escolar, se transformando em um hábito que pode ser mantido por toda a vida.

POLPA DO AÇAÍ DE JUÇARA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE TRÊS CACHOEIRAS - RS

MUNICÍPIO DE TRÊS CACHOEIRAS

DANIELE DE PAIVA GALERIANO

Com a criação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, se fez necessário incluir produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. Diante disso, o objetivo da iniciativa foi também de inserir produtos orgânicos e agroecológicos no PNAE, principalmente a polpa de açaí juçara, um importante produto da sociobiodiversidade, melhorando a qualidade nutricional da alimentação escolar e, simultaneamente, aumentando as alternativas de renda das famílias de agricultores.

Tal iniciativa encontra-se em consonância com as políticas municipais, que orientam as ações para a promoção do desenvolvimento sustentável. Para execução da ação foi necessário acionar a Cooperativa Regional de Produtores Ecologistas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Sul de Santa Catarina (Econativa) e a Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica (Centro Ecológico), que viabilizaram o fornecimento dos produtos. E, desse modo, o público contemplado pela iniciativa foram os alunos, professores e funcionários das escolas municipais e os agricultores ecologistas da região.

A iniciativa de fornecimento de polpa de açaí juçara na alimentação escolar do município de Três Cachoeiras teve início no mês de maio de 2009. A palmeira Juçara (*Euterpe edulis Martius*) é uma espécie nativa da Mata Atlântica, com ocorrência desde o sul da Bahia até o Rio Grande do Sul. Essa palmeira leva de oito a dez anos para atingir o estágio adulto e frutificar.

Seus frutos servem de alimento para diversas espécies da fauna, que por sua vez, são esses animais que auxiliam na distribuição das sementes pela mata,

Município de Três Cachoeiras

- 10.904 habitantes
- 793 alunos no município
- 4 escolas no município
- R$ 63.200,00 repassados em 2016
- R$ 34.627,39 executados em 2016

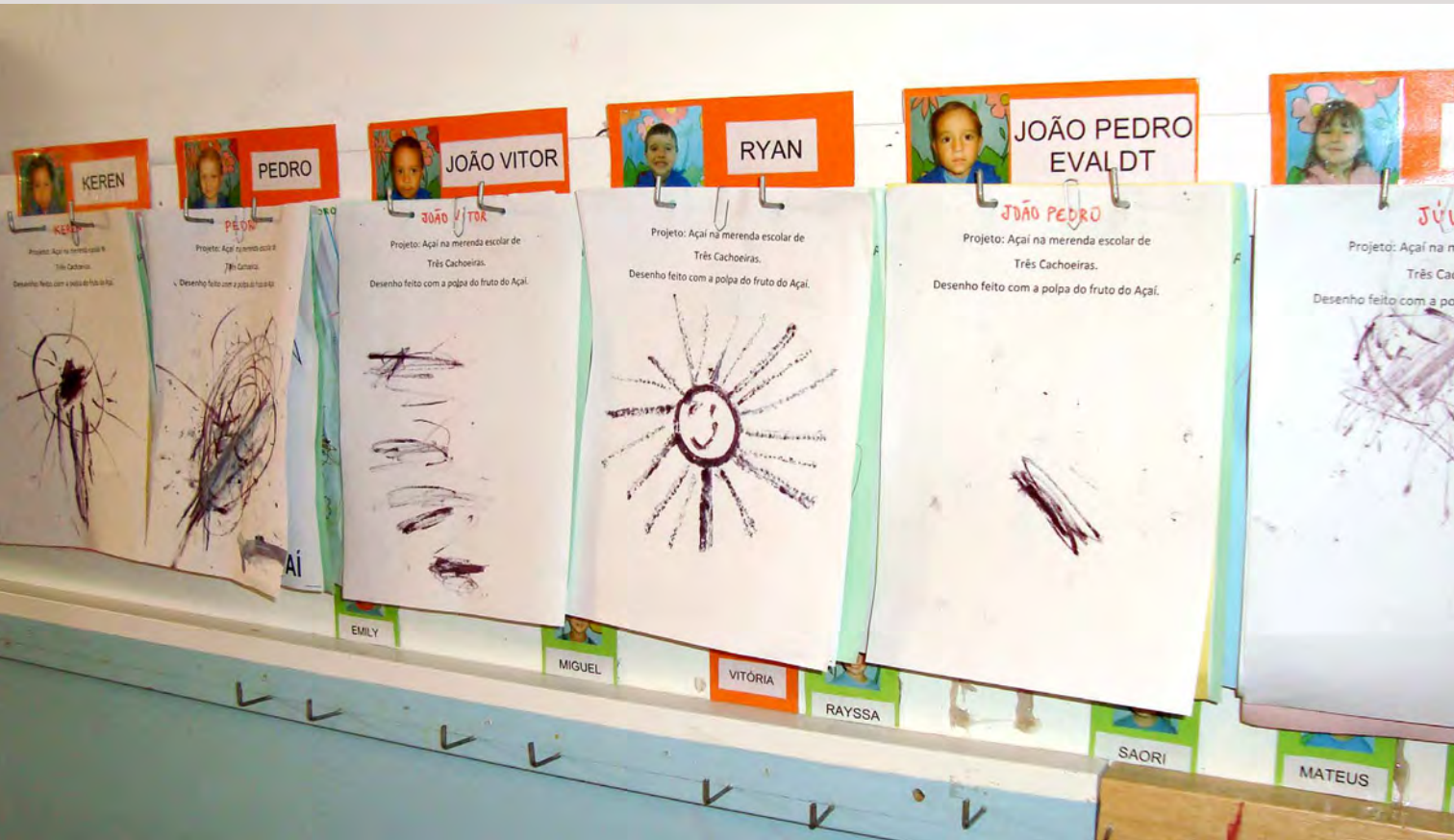
Percentual atingido para a agricultura familiar em 2016:

54,79%

contribuindo para a manutenção da espécie. Além de produzir frutos, a palmeira fornece um palmito de excelente qualidade comercial. Entretanto, para ser consumido, é necessário que a planta seja removida, impossibilitando sua regeneração. A exploração extrativista é uma séria ameaça à integridade das populações de palmiteiro. No entanto, nos últimos anos, o manejo sustentável da espécie vem sendo promovido por agências de pesquisa e desenvolvimento.

O uso dos frutos da palmeira para o preparo do "açaí de juçara", semelhante ao já consagrado açaí do norte, preparado com os frutos da palmeira *Euterpe oleracea*, vem ganhando destaque. No litoral norte do Rio Grande do Sul, por meio de um trabalho de cooperação entre uma Organização Não Governamental (ONG), o Centro Ecológico, e diversas Associações de Agricultores Ecologistas (AAEs), a espécie vem sendo plantada em consórcio com a banana, principal atividade agrícola da região. Assim, dezenas de famílias de pequenos agricultores cultivam a palmeira juçara e comercializam a polpa dos frutos por meio de feiras, cooperativas de consumidores e mercado institucional.

Como a polpa de açaí não era um produto habitualmente consumido na região, foi necessário realizar um teste de aceitabilidade com os alunos antes de introduzi-la na alimentação escolar. O método utilizado para avaliar a aceita-



ção foi a escala hedônica verbal. Esse método foi aplicado nas duas escolas municipais de ensino fundamental existente. Após avaliação do resultado, partiu-se para o processo de compra por meio da chamada pública. Em junho de 2009, as merendeiras participaram de um curso com o objetivo de conhecer o processo de despolpamento do fruto e realizar receitas com a polpa de açaí juçara. Já em setembro, a polpa começou a ser oferecida na alimentação escolar de aproximadamente 750 estudantes da rede municipal de ensino.

Nesse período, foram realizadas palestras em cada escola com o objetivo de apresentar tal projeto e conscientizar a comunidade escolar quanto a sua importância nutricional, ambiental e também econômica. A introdução da polpa do açaí juçara na alimentação escolar foi de extrema importância, pois fez com que mais agricultores cultivassem e comercializassem esse produto e, ainda, tem ajudado a criar uma relação mais próxima entre produtores e consumidores, que passaram a ter responsabilidade mútua no uso responsável dos recursos naturais.

Desde então, a polpa de açaí juçara vem sendo consumida pelos alunos em forma de vitaminas e sucos, o que contribui para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, tal prática dinamiza a economia local e a geração de renda para pequenos agricultores. Os benefícios ambientais também se destacam, pois a utilização das frutas para produção da polpa evita que milhares de pés de palmitos sejam cortados e faz com que mais árvores sejam plantadas. O palmiteiro cultivado por meio de sistemas de produção multidiversos e complexos, associados a outras espécies arbóreas, contribui para a conservação da biodiversidade e a reconstituição da Mata Atlântica.

Finalmente, a experiência descrita ilustra um verdadeiro "círculo virtuoso", constituído pela utilização sustentável dos recursos naturais, aumento na renda dos pequenos produtores, dinamização da economia rural e oferta de alimentos de alto valor nutricional para as crianças das escolas públicas.

LISTA DE SIGLAS DO PNAE

AAES – ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES ECOLOGISTAS

ACEAS – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

AE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

AF – AGRICULTURA FAMILIAR

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

APENB – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ECOLOGISTAS DE NOVA BASSANO

ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

CAE – CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAPA – CENTRO DE APOIO À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

CECANE/UFOP – CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

CMDRS – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTÁVEL

CNPJ – CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

COOPAFI – COOPERATIVA DA AGRICULTURA E PESCA FAMILIAR DE IÇARA

COOPERURAIM – COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES URAIS DO URAIM E CONDOMÍNIO RURAL DE PARAGOMINAS

COORPOL – COOPERATIVA REGIONAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DO POVO QUE LUTA

CP – CHAMADA PÚBLICA

DAP – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EMATER/RS – ASCAR – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL/

ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL

EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

FAASC – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE APICULTORES DE SANTA CATARINA

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

HORTIAGRO – ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS E AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE MACHADINHO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IFRS – INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IFSULDEMINAS – INSTITUTO FEDERAL SUL DE MINAS GERAIS

MEI – MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PAF – PROGRAMA DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

PMA – PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS

PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PPCI – PLANO DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

SAGRI – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SEMAGRI – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SEMAP – SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA

SEMDE – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SENAR – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

BOAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Brasília, 2017.

FNDE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

BRASIL GOVERNO FEDERAL